

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ECONÔMICAS

KAROLINA VAZ NUNES DA SILVA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA MÉDIO
JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2014

UBERLÂNDIA
2019

KAROLINA VAZ NUNES DA SILVA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA MÉDIO
JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2014

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Clesio Marcelino de Jesus

UBERLÂNDIA
2019

KAROLINA VAZ NUNES DA SILVA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL:
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA MÉDIO
JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2014

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Uberlândia, 22 de Fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

Prof. Dr. Bruno Benzaquen Perosa

Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva

“Já vivemos muitas vezes, estamos com as pessoas certas para ajustarmos os nossos corações e resolvermos os nossos problemas. Na reencarnação ninguém erra de endereço” - Chico Xavier.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa chega ao fim! São inúmeros momentos e sentimentos que passam pela cabeça no momento de escrever esse breve texto. Foram quatro anos de muito aprendizado, evolução pessoal e espiritual, momentos felizes e de realizações, mas também um período de muitas dificuldades e provações que não seriam superadas sem ajuda de muitas pessoas. A essas pessoas, dedico esse trabalho final.

A minha mãe Dailza, pelo apoio incondicional dado para que esse sonho fosse concretizado. Nós sabemos que não foi fácil chegar até aqui! Agradeço também por mesmo sem saber, me ensinar sobre força e superação.

As minhas irmãs Kamylla e Karine. Apesar das diferenças, elas são os pilares mais importantes da minha trajetória. Ao meu pai Vanderlei e irmão Lukas, que mesmo longe tenho certeza que sempre torceram por mim.

Aos meus familiares, penso em cada um na hora de escrever essa dedicatória. A vocês que sempre incentivaram e ajudaram da melhor forma possível tanto minha família quanto a mim, sou imensamente grata. Sem vocês, talvez não fosse possível que esse momento se concretizasse.

Ao meu quarteto (agora quinteto), Natália Morais, Dyeniffer Souza e Bruna Leal. Mesmo que nossas vidas tenham tomado rumos distintos, sei que estão comigo e que podemos contar umas com as outras. Vocês são minha história!

Aos amigos que fiz durante a graduação: Caroline Mantoan, Eduardo Henrique, Lucas Stocco, Cesar Tirso e Mariana Galindo. Vocês foram meu apoio e minha força, principalmente nos momentos em que duvidei de mim mesmo. Vocês são merecedores de todo o sucesso que terão!

Ao meu orientador, Professor Doutor Clesio Marcelino de Jesus, pelo apoio, ensinamento durante os mais de dois anos de pesquisas e por me inserir um tema tão inspirador e com tanto potencial.

Aos mestres do Instituto de Economia e Relações Internacionais, aos quais sempre me motivaram como profissionais e à Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

A partir de 1990, o desenvolvimento rural no Brasil começa e ser abordado sobre outra perspectiva, onde o rural não é mais sinônimo de agrícola ou atrasado. Desta forma, novos delineamentos acerca do desenvolvimento são inseridos no Brasil em busca de geração de desenvolvimento econômico e social. Assim, é introduzido no país a busca pelo desenvolvimento rural pela via territorial objetivando a diminuição da pobreza em municípios tidos como rurais. Assim, logo em 2008 o governo cria 120 Territórios da Cidadania em todo o território nacional, os quais mobilizavam diversas esferas do governo e da sociedade civil em prol da efetivação da política de desenvolvimento rural. Porém, para que os municípios fizessem parte de algum recorte territorial foi necessário que estivessem presentes alguns indicadores como: baixo IDH, maior participação de famílias que recebem bolsa família, grande quantidade de agricultores familiares, dentre outros. Situação que levou a ser selecionado dois territórios diferentes entre si, sendo eles Noroeste de Minas e Médio Jequitinhonha, que possuem grandes diferenças socioeconômicas para uma análise comparativa analisando se o objetivo da política territorial foi alcançado. Para viabilizar esse trabalho, além da análise de uma série de dados secundários utilizando a estatística descritiva, foram analisadas as Matrizes de Ações Territoriais do Programa Territórios da Cidadania entre os anos de 2008 e 2014. A partir destas análises, verifica-se que houve realmente diferenças de recursos repassados para os Territórios, mas além desse fator, a descontinuidade no programa impossibilitou que fossem visualizados melhores resultados para a política analisada.

Palavras-chaves: desenvolvimento territorial rural, Territórios da Cidadania, políticas públicas.

ABSTRACT

From 1990 onwards, rural development in Brazil begins and is approached on another perspective, where rural is no longer synonymous with agricultural or delayed. Thus, new development designs are inserted in Brazil in search of the generation of economic and social development. Thus, it is introduced in the country the search for rural development through the territorial route aimed at reducing poverty in municipalities considered as rural. Thus, in 2008, the government creates 120 citizenship territories throughout the national territory, which mobilized several spheres of government and civil society in favor of the implementation of rural development policy. However, in order for the municipalities to be part of some territorial cut, some indicators were needed, such as: low HDI, greater participation of families receiving family scholarship, large number of family farmers, among others. Situation that led to the selection of two different territories, being they Noroeste de Minas and Médio Jequitinhonha, which have large socioeconomic differences for a comparative analysis analyzing whether the objective of territorial policy was Achieved. In order to make this work feasible, in addition to analyzing a series of secondary data using descriptive statistics, the matrices of territorial actions of the Citizenship Territories program were analyzed between 2008 and 2014. From these analyses, it was verified that there were actually differences of resources passed to the Territories, but beyond this factor, the discontinuity in the program prevented the visualization of better results for the analyzed policy.

Keywords: rural territorial development, Citizenship Territories, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CMDR - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FM – Fundo Monetário

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

PMDR - Planos Municipais de Desenvolvimento Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TC – Território da Cidadania

TC – Território da Cidadania

TCNM – Território da Cidadania Médio Jequitinhonha

TCNM – Território da Cidadania Noroeste de Minas

TR – Território Rural

VAB – Valor Agregado Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa no Estado de Minas Gerais com divisão por municípios e Território da Cidadania Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas	24
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do VAB da agropecuária, indústria e serviços sobre o PIB do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha em 2005 e 2014	28
Gráficos 2 - Pessoal ocupado por setor IBGE agropecuária, indústria e serviços no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha em 2005 e 2014.....	29
Gráficos 3 - Participação do VAB da agropecuária, indústria e serviços sobre o PIB do Território da Cidadania Noroeste de Minas em 2005 e 2014.....	34
Gráficos 4 - Pessoal ocupado por setor agropecuário, indústria e serviços do IBGE no Território da Cidadania Noroeste de Minas em 2005 e 2014.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Censo, estimativa populacional e PIB total e per capita para 2014 nas cidades do Território Médio Jequitinhonha, do Território, de Minas Gerais e do Brasil.....	25
Tabela 2 - PIB real nos anos de 2005, 2010 e 2014 e taxa de crescimento no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil	26
Tabela 3 - IFDM, Taxa de crescimento do IFDM de 2003 a 2013 no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil	27
Tabela 4 - Censo, estimativa populacional e PIB total e per capita para 2014 nas cidades do Território Noroeste de Minas, do Território, de Minas Gerais e do Brasil	30
Tabela 5 - PIB real nos anos de 2005, 2010 e 2014 e taxa de crescimento no Território da Cidadania Noroeste de Minas, Minas Gerais e Brasil	32
Tabela 6 - IFDM, Taxa de crescimento do IFDM de 2003 a 2013 no Território da Cidadania Noroeste de Minas, Minas Gerais e Brasil	33
Tabela 7 - Valores* Empenhados e Pagos na Matriz da Ação do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha nos anos de 2007 a 2014	38
Tabela 8 - Ações do Eixo 1 com maiores valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014	39
Tabela 9 - Ações do Eixo 2 com maiores valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014	40
Tabela 10 - Ações do Eixo 3 com maiores valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014	42
Tabela 11 - Valores* Empenhados e Pagos na Matriz da Ação do Território da Cidadania Noroeste de Minas nos anos de 2007 a 2014	44
Tabela 12 - Ações do Eixo 1 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014	45
Tabela 13 - Ações do Eixo 2 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014	46
Tabela 14 - Ações do Eixo 3 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVE APRESENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL	14
3. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA MÉDIO JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS: INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	23
3.1. Médio Jequitinhonha.....	23
3.2. Noroeste de Minas	30
4. ANÁLISE DAS MATRIZES DE AÇÕES DOS TERRITÓRIOS MÉDIO JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS	37
4.1. Médio Jequitinhonha.....	37
4.2. Noroeste de Minas	43
5. CONCLUSÕES	51
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	58

1. INTRODUÇÃO

Em 2003, com a concepção da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o desenvolvimento rural ganhou maior relevância e importância, canalizada pela criação dos Territórios Rurais no Brasil. Estes Territórios foram concebidos sob uma abordagem territorial de desenvolvimento endógeno, que deveria promover o desenvolvimento rural superando a tradicional visão do rural como um setor puramente agrícola, percebendo este como setor plural e multissetorial.

Porém, a necessidade de ampliar o desenvolvimento econômico e social e universalizar programas básicos de cidadania levou o governo federal à criação dos Territórios da Cidadania (TCs), que pode ser entendido como os Territórios Rurais reestruturados e que visavam à promoção do desenvolvimento regional sustentável, inclusão produtiva das populações mais pobres, garantia dos direitos sociais e acesso a programas básicos de cidadania (MDA, 2008). Foram criados 120 Territórios da Cidadania, atingindo a marca de 1.852 municípios contemplados¹, mobilizando governos federal, estadual, municipais e sociedade civil dando relevância ao programa.

Para que fossem operacionalizados os TCs, foram criadas as Matrizes de Ações Territoriais para determinar quais Ações deveriam ser destinadas a cada Território bem como descrições, metas físicas e financeiras. As Matrizes foram separadas em três Eixos Estruturantes: Apoio às Atividades Produtivas, Cidadania e Direito e Qualificação da Infraestrutura. Assim sendo, para cumprir o objetivo do programa, o governo inicialmente mobilizou 22 Ministérios e secretarias (que operavam programas direcionados para o desenvolvimento rural) bem como o apoio para solidificação dos colegiados territoriais como instrumentos de representatividade da sociedade civil com o propósito de monitorar propostas em andamento e apresentar novas demandas de acordo com as necessidades do recorte territorial.

Dada relevância e magnitude que esses programas assumiram nos governos Lula e Dilma, em conjunto com os objetivos almejados pelas Matrizes de Ações Territoriais e a busca pelo desenvolvimento territorial rural levantamos a seguinte problemática: será que a execução desta política pública foi capaz de promover garantia de direitos sociais, superação da pobreza, geração de renda e redução das desigualdades regionais? Para responder a questão, o presente trabalho analisa dois casos, os Territórios da Cidadania Médio

¹ Os 120 territórios abarcam 42,4 milhões de brasileiros, 13,1 milhões de cidadãos moradores de áreas rurais e 1,9 milhões de agricultores familiares (MDA, 2008).

Jequitinhonha e Noroeste de Minas em Minas Gerais entre os anos de 2008 a 2014, anos de vigência do programa e de disponibilização dos dados financeiros nas Matrizes.

De acordo com Jesus e Ortega (2014), no estado de Minas Gerais foram criados nove Territórios da Cidadania, reunido em sua maioria, municípios com baixo e médio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)². Situação que nos levou a selecionar dois territórios considerando o IDH médio: Noroeste de Minas (0,694) em 2010 e o Médio Jequitinhonha (0,614). De um modo geral, o Território Noroeste de Minas apresenta melhores resultados quando comparado com o Território Médio Jequitinhonha e ambos, quando confrontados com os resultados de Minas, encontram-se abaixo da média estadual.

Sendo assim, considerando que estamos lidando com uma política de desenvolvimento rural, supõe-se que as diferenças estruturais entre dois recortes existam e que as políticas dos Territórios da Cidadania deveriam reduzir as discrepâncias sociais e econômicas. Entretanto, nossa hipótese é que a política executada não foi capaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre os diferentes Territórios, mas foi capaz de deixar algumas “fagulhas de desenvolvimento” que no médio e longo prazo poderão gerar impactos significativos. Portanto, o objetivo do trabalho é analisar se a hipótese levantada é verdadeira ou não.

Para viabilizar esse trabalho, além da análise de uma série de dados secundários utilizando a estatística descritiva, foram analisadas as Matrizes de Ações Territoriais do Programa Territórios da Cidadania entre os anos de 2008 e 2014. Tais matrizes foram obtidas no sítio do programa e em contato direto com os diversos ministérios do governo federal que tiveram ações inclusas nas matrizes³.

Assim sendo, este estudo está dividido em cinco seções contando com esta. A segunda apresenta o início do debate acerca do desenvolvimento territorial e seu contexto atual no Brasil. A terceira apresenta os Territórios analisados e alguns indicadores econômicos. A quarta apresenta as Matrizes de Ações dos dois Territórios e suas análises e a última conclui e faz algumas considerações acerca do tema.

² Segundo Ortega e Jesus (2014) dos 199 municípios pertencentes aos territórios rurais analisados em Minas Gerais, 53 (26,63%) estão na faixa do IDH baixo, 132 (66,33%) na faixa IDH médio e, apenas 14 (7,03%) estão na faixa do alto IDH e nenhum na faixa do muito alto.

³ O presente trabalho foi executado a partir de uma iniciação científica. Esta, por sua vez, analisou os dados obtidos via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) a fim de dissertar sobre o papel das políticas territoriais dentro dos mesmos Territórios. A Matriz obtida correspondia a todas as ações de todos os Territórios da Cidadania brasileiros no período de 2007/2008 a 2014.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

Partindo do princípio que esse trabalho busca analisar o processo de desenvolvimento territorial rural em dois territórios é pertinente explicar o que se entende por Território. Albagli (2004) discorre que as noções de espaço e Território são diferentes. Enquanto o espaço é um conceito abstrato, difícil de mensurar, o Território é um espaço apoderado por atores sociais e definido pelas relações de poder, sendo produto do trabalho e do poder de vários atores em determinado espaço.

Ainda segundo o autor, o Território é também, uma combinação de diferentes dimensões, sendo estas: dimensão física (características geológicas de recurso naturais); dimensão econômica (formas de interação entre o espaço e a produção, comercialização e consumo); dimensão simbólica (manifestações culturais) e; dimensão sociopolítica (relações sociais e de poder). Assim, as similitudes e diferenças em desenvolvimento entre diversos Territórios advêm da dinâmica entre estes quatro tipos de dimensões, ou seja, depende o quão bem um Território consegue articular-se.

Na busca pelo desenvolvimento territorial rural, vários autores apontam para a necessidade da superação da dicotomia rural-urbano (ORTEGA 2008; JESUS 2013). Veiga (2002) pondera que o espaço rural, antes da noção de desenvolvimento rural ganhar destaque nas políticas públicas, era visto como oposição ao urbano, ou seja, atrasado. Também era visto como um setor não importante para o desenvolvimento econômico e essencialmente agropecuário.

Na visão recente de desenvolvimento rural, o “novo rural” não submete somente ao agrícola e não é antagônico ao urbano. Ele é multissetorial, ou seja, várias atividades são desenvolvidas em seu âmbito (pluriatividade). O novo rural também deve ser multifuncional, desempenhando funções ecológicas, ambiental e social. O isolamento do campo frente à cidade também não existe, ou seja, o urbano depende do rural para se desenvolver e vice-versa (CORREA, 2009).

Da mesma forma que Correa, Graziano da Silva (1999), já apresentava que o meio rural não pode ser mais visto como somente agrário, ele também corresponde a várias atividades não agrícolas que demandam mão de obra. Estas atividades podem enquadrar-se na prestação de serviços, comércio e indústria. Para Schneider (2005), o desenvolvimento econômico e social no meio rural demanda novas formas de emprego, gerando crescimento de atividades plurais. Logo no processo de desenvolvimento territorial rural é preciso considerar essa dinâmica.

Abramovay (1998) argumenta que o acesso à terra junto a uma modificação do espaço institucional que libere o potencial dos Territórios, são algumas das condições que permitem aos indivíduos inserir-se socialmente e sair da pobreza. Porém, não depende somente de políticas públicas de transferência de renda, mas também da junção da sociedade local em prol da valorização do meio rural. Esta noção da necessidade de unir a sociedade em benefício do desenvolvimento territorial rural advém do termo capital social. Este termo começou a ser empregado em parte por sugestão do Banco Mundial nas suas orientações para o desenvolvimento de países periféricos como o Brasil na década de 1990.

A noção de capital social pressupõe que os indivíduos não são seres egoístas e individualistas e que por isto, compreendem que há maiores benefícios se trabalharem em conjunto para determinada finalidade a trabalharem em separado (ABRAMOVAY, 1998), logo, a articulação do capital social dos indivíduos dos diversos municípios na formação de um Território com características em comum seria um dos instrumentos para garantir que as disparidades socioeconômicas e regionais fossem diminuídas. Porém, como aponta Jesus (2006), não são as mesmas características geográficas, regionais, históricas e até o mesmo tipo de políticas públicas que garantem que haja hegemonia dentro de um Território ou em vários Territórios. As diferenças hegemônicas dependem muito da intensidade do emprego do capital social e da articulação pelos indivíduos do Território.

Dito isto, Abramovay afirma então que “O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo” (ABRAMOVAY, 1998 p. 2). Em outras palavras, o desenvolvimento rural deve ser visto a partir da noção de Território e não como um setor, pois os bons resultados vistos em experiências mostradas no relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o bom desempenho na criação de empregos advém da dinâmica territorial em uso. Dinâmica esta que aborda a indispensabilidade do uso do capital social e da articulação entre redes públicas e privadas que visem políticas públicas descentralizadas capazes de valorizar as competências locais e regionais.

Veiga (2002), partindo da abordagem da dicotomia do rural-urbano, em outras palavras, definindo até onde aborda a diferença espacial entre áreas rurais e urbanas em países desenvolvidos, conclui que as áreas rurais que ainda não se desenvolveram em países já desenvolvidos, não obtiveram êxito, pois não souberam utilizar competências que as interligassem às dinâmicas de outros espaços. O autor afirma que não é o fato da área rural não conseguir urbanizar-se para se desenvolver, mas sim não conseguir articular-se com

outras áreas sejam elas urbanas ou rurais. Após discorrer sobre o debate internacional sobre a experiência marshalliana de desenvolvimento, especialmente na Itália, e após ser notada a validade da mesma, Veiga (2002) afirma que as “iniciativas locais” passam a ser vistas como contribuição para o desenvolvimento ao estimular no espaço/Território à competição, chegando a um ambiente inovador.

Shneider (2004) partindo da noção de desenvolvimento rural, afirma que este tipo de desenvolvimento é definido como o resultado de um processo de ações conjuntas que visam alterações socioeconômicas e ambientais no espaço. Estas alterações visam melhoria na renda, qualidade de vida e bem-estar populacional. Portanto, esta articulação torna-se complexa, levando o desenvolvimento rural a um processo em prol da evolução, interatividade e hierarquia, ou seja, com o desenvolvimento rural torna-se mais intrincado, este se manifesta no plano territorial. Dito isto, a abordagem territorial do desenvolvimento rural entra em debate visto que o espaço complexo de análise deve considerar fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais, sendo o espaço territorial constituído pela interação entre indivíduos e o objetivo a ser alcançado.

De acordo com Ortega (2007), a abordagem de desenvolvimento focada no âmbito territorial, começou a ganhar força no Brasil após 1990, em que o cenário econômico era de crise e implantação de reformas liberalizantes. Estas reformas foram estimuladas nos países em desenvolvimento, reduzindo a intervenção do Estado, incentivando assim, a desregulamentação da economia. O estímulo para a implantação de políticas liberais vinha das agências multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas agências almejavam com a menor intervenção estatal, estimular a redução dos gastos públicos e gerar superávits primários nas contas do governo, ou seja, que fossem seguidas estratégias que conseguissem pagar a dívida pública dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

Junto ao estímulo dado pelas agências multilaterais, a luta da sociedade civil no processo de redemocratização do país, a busca por maior protagonismo na formulação e gestão de políticas públicas, bem como a promulgação da Constituição de 1988 também foram importantes fatores que levaram com que a abordagem territorial do desenvolvimento fosse utilizada no país (ORTEGA, 2008; JESUS, 2013). Segundo Ortega (2007), a Constituição de 1988 propunha um novo projeto de descentralização econômica no país, dando maior responsabilidade e autonomia quanto às políticas públicas adotadas por estados e municípios. Sendo assim, há a criação de diversos conselhos na esfera municipal, como o Conselho Municipal de Saúde, de Educação e de Assistência Social, dentre outros.

Quanto à sociedade civil, pós-período de ditadura, esta ansiava por maior autonomia indo contra aos modelos de desenvolvimento top-down⁴, pois estes não consideravam as opiniões dos atores locais na determinação de políticas de desenvolvimento. Portanto, a criação destes Conselhos pós Constituição fortaleceram os atores sociais como protagonistas na tomada de decisões econômicas, sociais e políticas no âmbito local.

De acordo com Sampaio (2002), o estímulo dado pelas agências multilaterais, a descentralização do governo e a necessidade de uma maior participação dos atores sociais vieram de duas experiências de desenvolvimento local, cada uma influenciando de sua forma. A ideia da abordagem territorial de desenvolvimento advém da experiência da Terceira Itália. Ela compreendia as regiões do Vêneto, Trentino, Friulli-Venezia, Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia, não fazendo parte do norte da Itália que era essencialmente industrial e estava em crise, e nem do Sul que era basicamente agrícola. Ainda de acordo com este autor, a iniciativa vigorou a partir de 1970 e consistia na proposta das regiões do país interligar atividades agrícolas a uma economia industrial com bases no renascimento de pequenas empresas.

A Terceira Itália tornou-se uma importante referência para a criação de políticas de desenvolvimento territorial brasileiro, pois estava inserida no conceito de novos distritos industriais neo-marshallianos. A região italiana, sem estímulos do governo, conseguiu articular-se de forma a desenvolver aglomerações de pequenas e médias empresas com forte participação familiar, rural e independente. Desta forma, conseguiam produzir em grande escala e tornar-se competitivos a nível internacional (ORTEGA, 2008).

A proposta de desenvolvimento rural no Brasil também foi influenciada pela experiência do programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Financiado pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) na data de sua criação em 1990 e posteriormente pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) em 2007, ele foi um programa “inovador por incentivar a exploração das potencialidades locais a partir do financiamento de projetos de desenvolvimento” (NEVES, HESPANHOL, p. 78, 2014), valorizando a cultura local e o meio ambiente. O programa visava buscar alternativas para a concentração de agricultores que não estavam inseridos no padrão tecnológico da agricultura, partindo do pressuposto que o desenvolvimento rural deveria estar pautado em novas atividades além das essencialmente

⁴ De acordo com Ortega (2015) os processos de desenvolvimento territorial ocorrem por meio de duas dinâmicas: top-down, que é a indução de políticas públicas “de cima para baixo”, e bottom-up, que é indução de políticas públicas “de baixo para cima”.

agrícolas. O peso dado a projetos pautados no turismo, criação de novos produtos e valorização do Território, por exemplo, é bem maior que o peso dado às atividades agrícolas (ORTEGA, 2008).

Estas experiências de desenvolvimento presentes em países europeus estimularam inicialmente os estudos feitos pelos organismos multilaterais supracitados e que embasaram o governo brasileiro a inserir políticas com foco na agricultura familiar. Sendo assim, foi criado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com Schneider et al (2004) e segundo o manual operacional do programa, o PRONAF:

[...] visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a Qualificação da Infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER *et al*, 2004, p. 3)

Ainda de acordo com Schneider et al, o PRONAF foi separado em quatro áreas, sendo elas: crédito de custeio e investimento; financiamento de Qualificação da Infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização de agricultores familiares e; financiamento de pesquisa e extensão rural. As duas principais linhas citadas são as fundamentais do programa, porém foi no âmbito da linha Financiamento de Qualificação da Infraestrutura e Serviços Municipais que surgiu modificações importantes rumo ao desenvolvimento territorial. Como na criação desta linha, em 1996, não havia sido estabelecido critérios para a seleção dos municípios beneficiados, foi criado o Conselho Nacional do PRONAF, que tinha como objetivo estabelecer normas gerais para a definição de municípios que receberiam os benefícios. Com a concepção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) em 1999, os municípios também passaram a ser escolhidos de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) além de tornar-se obrigatória a existência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR). A importância do CMDR está no pressuposto da inserção da comunidade rural e agricultores familiares na criação, gestão e fiscalização de políticas públicas junto à política de descentralização do Estado. De acordo com Abramovay e Veiga (1999), o PMDR é um documento oficial do

município que auxilia na obtenção de recursos capazes de fortalecer a agricultura familiar. Com este Conselho Nacional, foram impostas algumas normas para que os municípios se enquadrassem como beneficiários do programa, sendo estas:

A relação entre o número de estabelecimentos agropecuários com área até 200 ha e o número total de estabelecimentos do município tem que ser maior que a relação entre o número de estabelecimentos com área até 200 ha e o total de estabelecimentos do estado; 2. a relação entre a população rural e a população total do município deve ser maior que a mesma relação no âmbito do estado; 3. o valor da produção agrícola por pessoa ocupada no município deve ser menor que a mesma relação no plano estadual; 4. caso o número de municípios selecionados a partir desses três critérios fosse inferior ao número previsto para o estado, o Conselho Estadual do PRONAF tem a prerrogativa de selecionar os municípios restantes dentre os que atendiam a apenas dois dos três critérios, dando prioridade aos municípios contemplados no programa Comunidade Solidária e aos que tivessem maior número de famílias assentadas e/ou de pescadores artesanais” (SCHNEIDER *et al*, 2004 p. 13).

Portanto, o PRONAF Qualificação da Infraestrutura nada mais é que uma linha voltada para estimular a Qualificação da Infraestrutura básica nas cidades para que sejam eliminados os problemas que retardam o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuindo para estimular a construção de estradas, armazéns, obras hídricas, dentre outros projetos. A criação do PRONAF estava inserida na agenda de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), porém foi na entrada de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que foi criada então a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esta secretária foi criada para que houvesse um mecanismo dentro do governo capaz de estimular o desenvolvimento rural sustentável que visava ao desenvolvimento nacional e melhoria da condição de vida da população a partir da diminuição das disparidades sociais e regionais (MDA, 2005). Portanto, a SDT era uma das ferramentas de articulação entre “sociedade civil, com os estados e municípios, com os movimentos sociais e com os demais parceiros governamentais e não governamentais” (FREITAS *et al*, 2010, p. 46). No domínio da SDT que o PRONAF Qualificação da Infraestrutura e Serviços foram inseridos na noção territorial do desenvolvimento, ou seja, a base do programa deixa de ser municipal e passa a ser tratada no âmbito territorial (OLIVEIRA 2011). O PRONAF sofre então uma alteração importante nesse contexto, pois ele passa a ser estruturado como Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Como a incorporação do PRONAT não foi suficiente para desenvolver os Territórios rurais foi necessária a criação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Rural

Sustentável (PTDRS) (LEITE et al, 2013). O PTDRS é o principal instrumento que os colegiados têm de “elaborar e implantar o plano territorial e definir os projetos para a aplicação dos investimentos territoriais, tanto aqueles oriundos das políticas públicas quanto dos negócios, serviços e comércios territoriais” (MDA, 2009, p. 13). O plano deve estimular iniciativas locais para o desenvolvimento sustentável e instituir condições para os investimentos tanto externos como públicos.

De acordo com Dantas et al (2014), com a SDT implantando esta nova abordagem territorial, foram originados os Territórios Rurais (TRs). Esses Territórios foram instituídos para que houvesse criação e aumento da geração de renda regional, fortalecendo os atores locais dessas áreas, induzindo políticas públicas e garantindo o desenvolvimento sustentável. Em acordo com as identidades regionais, os TRs têm o propósito de integrar os espaços rurais associando elementos econômicos, sociais e políticos. Para que fossem enquadrados como Territórios Rurais, o conjunto de municípios deveria ter um:

[...] i) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²) e com população de até 50 mil habitantes; ii) maior concentração do público prioritário do MDA, sendo esses agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social (OLIVEIRA et al apud SDT, 2012, p. 6).

Para que a abordagem territorial desenvolvida pela SDT obtivesse efeito, criaram-se então os colegiados territoriais. Os colegiados são formados por representantes da sociedade civil, representantes dos agricultores familiares e representantes do poder público, sendo que 50% do colegiado devem ser compostos por representantes da sociedade civil do Território e 50% composto por representantes do poder público do Estado. Eles têm por função gerir os recursos destinados das políticas públicas, propor ações para os Territórios, elaborar o PTDRS, além de ser um espaço de representação e participação social, dentre outras funções. A estruturação dos colegiados para que sejam efetivos, deve ser feita da seguinte forma: Plenário; Núcleo Gestor; Núcleo Técnico e; Câmaras Temáticas (Freitas et al, 2012, p. 3).

Na constituição do Plenário, que é a instância máxima de um colegiado, é necessário que sejam levados em consideração a representatividade, diversidade e pluriatividade, contemplando diversos grupos de interesses, como: comunidades quilombolas, indígenas, representação de mulheres, jovens e idosos, comunidades ribeirinhas, pescadores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, dentro outros. Importante salientar também, que os segmentos representados não devem se restringir somente à agricultura familiar a ao meio

rural, mas também às atividades que rurais não agrícolas, urbanas, serviços sociais e econômicos e serviços ambientais (MDA, 2009).

Porém, somente a criação dos TRs não bastaram para gerar desenvolvimento, tornando a composição territorial rural insuficiente. Então em 2008 entram em cena os Territórios de Cidadania (TCs). Estes Territórios são avanços dos Territórios Rurais e, por isso, alguns possuem o mesmo recorte territorial, outros se readequaram de acordo com perfis mais parecidos e outra parte não foi classificada por não terem os requisitos para tornarem-se Territórios de Cidadania. Os objetivos dos Territórios são: diminuir a pobreza nos municípios vistos como rurais incluindo produtivamente a população pobre, difundir programas básicos de cidadania, aumentar a participação social e integrar as políticas públicas (CARVALHO; DAVID, 2011). Os critérios para ser considerado um TC são:

[...] já participar da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano, uma maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, de populações tradicionais, quilombolas e indígenas, convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo, maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica e, pelo menos, um Território por estado da federação (CAZELLA apud BRASIL, 2013, p. 75).

Os TCs receberam repasses dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Cultura (MinC), da Educação (MEC), da Integração Nacional (MI), da Saúde (MS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social (MDS), da Justiça (MJ), das Cidades (MCid), de Minas e Energia (MME), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério da Fazenda (MF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outros. As ações territoriais foram divididas em três Eixos estruturantes com sete temas. Os Eixos são: apoio às atividades produtivas, cidadania e direito e Qualificação da Infraestrutura. Os temas são: ações fundiárias, apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, educação e cultura, Qualificação da Infraestrutura, organização sustentável da produção e saúde, saneamento e acesso à água.

Assim, levando como base os Ministérios envolvidos, foram criadas Matrizes de Ações em todos os Territórios. Cada Matriz mostra o valor designado para cada Território em um determinado ano, além de cada Ação implantada. Na Matriz de Ações do ano de 2008, foram designados 180 programas para os Territórios de Cidadania. Já em 2013, ano da última

Matriz publicada, as Ações caíram para 79. Dito, supõe-se que políticas públicas voltadas para os Territórios começaram robustas e atualmente, vêm perdendo força.

Portanto, a partir deste breve referencial, este estudo apresentará brevemente na próxima seção os Territórios da Cidadania Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas junto a alguns indicadores econômicos e sociais, fazendo quando necessário algumas considerações com esta seção.

3. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA MÉDIO JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS: INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Neste trabalho, optou-se por utilizar alguns dados e indicadores secundários que servirão de análise das Matrizes de Ações, para averiguar se a política pública de Territórios da Cidadania trouxe avanços em prol do desenvolvimento territorial rural. Desta forma, utilizou-se o Censo Populacional de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita, a taxa de crescimento do PIB, o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁵ e sua taxa de crescimento, o pessoal ocupado por setor de atividade e a participação das atividades econômicas no PIB dos Territórios.

Quanto ao IFDM, é importante apresentar a forma de cálculo do mesmo. Para que o índice aproximasse da realidade territorial, foram feitas as médias ponderadas pelo Censo Populacional de 2010 para todas as cidades do Território. Assim sendo, qualquer dado para melhor análise, deve ser comparado a outro de referência. Neste trabalho, optou-se por comparar o índice dos Territórios aos indicadores de Minas Gerais e do Brasil. Dito isto, os índices do estado e do país foram ponderados pela quantidade de municípios, ou seja, 853 e 5.570 respectivamente.

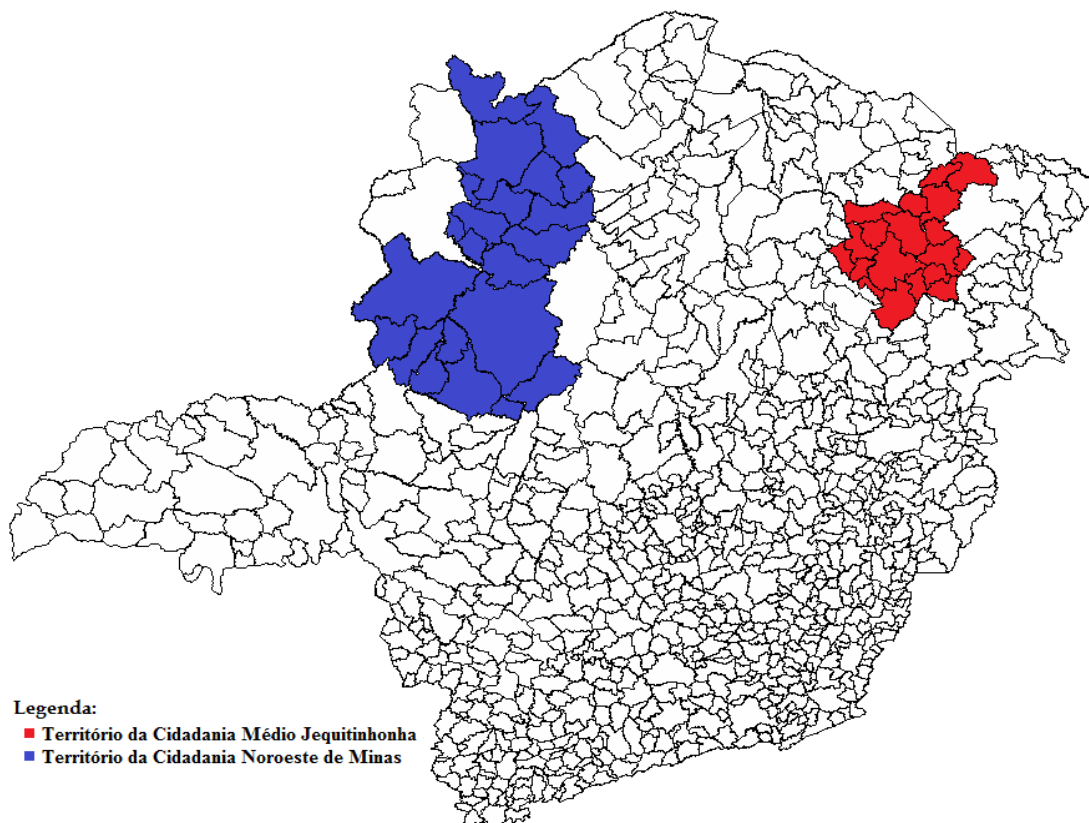
3.1. Médio Jequitinhonha

O Território Médio Jequitinhonha (Figura 1) está situado no semiárido no Norte de Minas Gerais e foi homologado como TR oficialmente em 2005, porém, foi transformado em TC somente em 2008. Têm área de 18.509,30 km², constituído por 19 municípios e aproximadamente 298.000 habitantes de acordo com o Censo em 2010. Os municípios que compõem o Território são: Águas Vermelhas, Angelândia, Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga,

⁵ Criado pela Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) é um estudo criado em 2008 com o propósito de acompanhar variáveis como o desenvolvimento econômico, social e humano dos municípios brasileiros levando em consideração três diferentes variáveis, sendo elas: Educação, Saúde e Emprego & Renda. Cada variável tem um conjunto subvariáveis com pesos diferentes dentro do índice. Dentro de Educação são inseridos: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, Distorção idade-série no ensino fundamental, Docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula no ensino fundamental, resultado no IDEB no ensino fundamental. Na Saúde é mensurada a proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis, internações sensíveis à atenção básica e por fim, no Emprego & Renda, geração de emprego formal, taxa de formalização do mercado de trabalho, geração de renda, massa salarial no mercado de trabalho formal e o índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.

Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgens da Lapa, sendo a sede do TC, Araçuaí.

Figura 1 - Mapa no Estado de Minas Gerais com divisão por municípios e Território da Cidadania Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas



Fonte: MDA; Elaboração Própria.

Neste Território há 23.193 estabelecimentos agropecuários sendo destes, 20.412 destinados à agricultura familiar. Quanto à área desses estabelecimentos, 891.181 hectares pertencem a estabelecimentos agropecuários no geral e 398.554 hectares à agricultura familiar (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Com base na tabela 1, podem ser observados dados do Censo Populacional de 2010 para o Território Médio Jequitinhonha, em que aproximadamente 45% das pessoas residem no meio rural. Atentando para a configuração do Território, há 10 municípios com mais de 50% da população residindo do meio rural, sendo eles: Cachoeira de Pajeú, Berilo, Chapada do Norte, Comercinho, Francisco Badaró, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Novo Cruzeiro e Ponto dos Volantes.

Em relação a dinâmica populacional, o território apresenta baixo crescimento, inferior ao mineiro e brasileiro conforme apontam Ortega e Jesus (2014), reafirmado pelos dados da estimativa populacional.

Tabela 1 - Censo, estimativa populacional e PIB total e per capita para 2014 nas cidades do Território Médio Jequitinhonha, do Território, de Minas Gerais e do Brasil

Médio Jequitinhonha	Censo 2010		Estimativa Populacional 2014	PIB 2014*	
	Total	Rural		Total (R\$ 1.000)	per capita**
Águas Vermelhas	12.722	3.781	13.378	155.406	11.616,53
Cachoeira de Pajeú	8.959	4.498	9.372	73.146	7.804,74
Angelândia	8.003	3.967	8.416	76.102	9.042,54
Araçuaí	36.013	12.578	37.220	340.444	9.146,80
Berilo	12.300	8.412	12.469	86.442	6.932,55
Chapada do Norte	15.189	9.495	15.648	81.847	5.230,51
Comercinho	8.298	4.751	7.962	53.897	6.769,28
Coronel Murta	9.117	2.424	9.394	63.226	6.730,47
Francisco Badaró	10.248	7.057	10.546	56.539	5.361,18
Itaobim	21.001	5.222	21.566	244.366	11.331,08
Itinga	14.407	7.853	15.012	114.446	7.623,63
Jenipapo de Minas	7.116	4.233	7.531	41.788	5.548,80
José Gonçalves de Minas	4.553	3.415	4.650	33.431	7.189,46
Medina	21.026	5.934	21.485	189.580	8.823,83
Novo Cruzeiro	30.725	20.203	31.760	206.664	6.507,05
Padre Paraíso	18.849	7.329	19.859	133.780	6.736,49
Pedra Azul	23.839	2.833	24.648	232.209	9.421,01
Ponto dos Volantes	11.345	7.314	11.949	83.116	6.955,90
Virgem da Lapa	13.619	6.779	14.023	93.235	6.648,72
TMJ	287.329	128.078	296.888	2.359.664	7.947,99
Minas Gerais	19.595.309	2.881.655	20.734.097	517.000.000	24.934,77
Brasil	190.755.799	29.830.007	202.758.031	5.780.000.000	28.506,89

* calculado pela estimativa da população em 2014.

Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

A disparidade econômica destes municípios em relação ao estado pode ser avaliado quando se analisa o PIB per capita do Território para o ano de 2014. Se comparado com Minas Gerais e Brasil que tiveram a estimativa do PIB per capita para 2014 em R\$24.934,77 e R\$28.506,89, respectivamente, a média do PIB per capita no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha (TCMJ) é muito abaixo, apenas R\$7.947,99.

Quanto ao PIB total do TCMJ, a taxa de crescimento anual de 2005 a 2014 foi de 3,85% ao ano, em Minas Gerais 4,23% e Brasil 3,88%, enquanto a variação em termos totais reais nestes mesmos anos para o Território foi de 40,45%, à medida que o estado e o país cresceram 45,22% e 40,89% respectivamente (Tabela 2). Ou seja, o PIB do Território cresceu de forma parecida com o Brasil, mas comparado ao estado, esse crescimento foi menor. Observando ainda esta tabela, percebe-se que o PIB dos municípios progrediu de forma heterogênea dentro do Território. Cachoeira do Pajeú e Berilo diminuíram seu PIB no período analisado. Já Águas Vermelhas, Angelândia, Comercinho, Francisco Badaró, Itaobim e Pedra Azul cresceram, porém bem abaixo da média territorial. Os outros municípios tiveram êxito acima da média do Território enfatizando assim, as disparidades dos municípios que compõem o TCMJ.

Tabela 2 - PIB real nos anos de 2005, 2010 e 2014 e taxa de crescimento no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil

Médio Jequitinhonha	PIB Real (ano base 2014) (Valor em R\$ 1.000,00)			Taxa de Crescimento 05-14
	2005	2010	2014	
Águas Vermelhas	121.603	174.441	155.406	2,76%
Cachoeira de Pajeú	124.846	82.454	73.146	-5,77%
Angelândia	59.758	59.168	76.102	2,72%
Araçuaí	204.305	257.945	340.444	5,84%
Berilo	88.477	69.934	86.442	-0,26%
Chapada do Norte	54.317	70.147	81.847	4,66%
Comercinho	42.757	51.623	53.897	2,61%
Coronel Murta	41.474	55.890	63.226	4,80%
Francisco Badaró	42.890	45.853	56.539	3,12%
Itaobim	173.687	198.401	244.366	3,87%
Itinga	63.572	83.743	114.446	6,75%
Jenipapo de Minas	24.570	35.111	41.788	6,08%
José Gonçalves de Minas	22.574	23.402	33.431	4,46%
Medina	119.707	157.130	189.580	5,24%
Novo Cruzeiro	120.359	148.735	206.664	6,19%
Padre Paraíso	81.072	125.395	133.780	5,72%
Pedra Azul	177.756	180.187	232.209	3,01%
Ponto dos Volantes	55.118	74.818	83.116	4,67%
Virgem da Lapa	61.268	75.161	93.235	4,78%
TMJ	1.680.110	1.969.536	2.359.664	3,85%
Minas Gerais	356.008.784	463.482.912	517.000.000	4,23%
Brasil	4.102.404.711	5.129.318.040	5.780.000.000	3,88%

Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

Utilizando a classificação do IFDM⁶, têm-se que em 2005, 10 municípios estavam classificadas como baixo desenvolvimento, 1 não consta nota e 8 qualificadas como desenvolvimento regular. No ano de 2010, todos os municípios foram considerados como desenvolvimento regular e em 2013, 14 foram enquadradas como desenvolvimento regular enquanto 5 tornaram-se municípios em desenvolvimento moderado. Conclui-se no espaço temporal de 9 anos, considerado relativamente pequeno, todos os municípios subiram de classificação uma vez. Do mesmo modo ocorreu com o Território, que passou da classificação de baixo desenvolvimento para desenvolvimento regular.

O IFDM é composto por três categorias, sendo elas: educação; saúde e emprego e renda. Neste trabalho, é apresentado somente o IFDM geral que é uma média ponderada entre as três classes supracitadas. Quando analisado o índice de 2005 para o de 2013, observa-se uma inflexão. Em 2005, o índice para a saúde no Território era 0,337 enquanto educação e emprego e renda correspondiam respectivamente a 0,497 e 0,367. Já em 2013, emprego e renda corresponde a 0,421 enquanto educação e saúde, respectivamente a 0,769 e 0,548, ou seja, houve uma inversão significativa na categoria saúde. Este avanço pode ser analisado junto à próxima seção para expor nas conclusões se as políticas públicas voltadas para a saúde têm relação com o desenvolvimento deste indicador.

Tabela 3 - IFDM, Taxa de crescimento do IFDM de 2003 a 2013 no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil

Médio Jequitinhonha	IFDM ⁶			Taxa de Crescimento
	2005	2010	2013	
Águas Vermelhas	0,334	0,472	0,517	5,61%
Cachoeira de Pajeú	0,363	0,446	0,535	4,97%
Angelândia	0,358	0,467	0,543	5,35%
Araçuaí	0,454	0,488	0,607	3,70%
Berilo	0,377	0,598	0,651	7,07%
Chapada do Norte	0,338	0,467	0,562	6,56%
Comercinho		0,540	0,539	
Coronel Murta	0,476	0,600	0,617	3,30%
Francisco Badaró	0,427	0,560	0,638	5,15%
Itaobim	0,422	0,520	0,637	5,28%
Itinga	0,485	0,530	0,598	2,65%

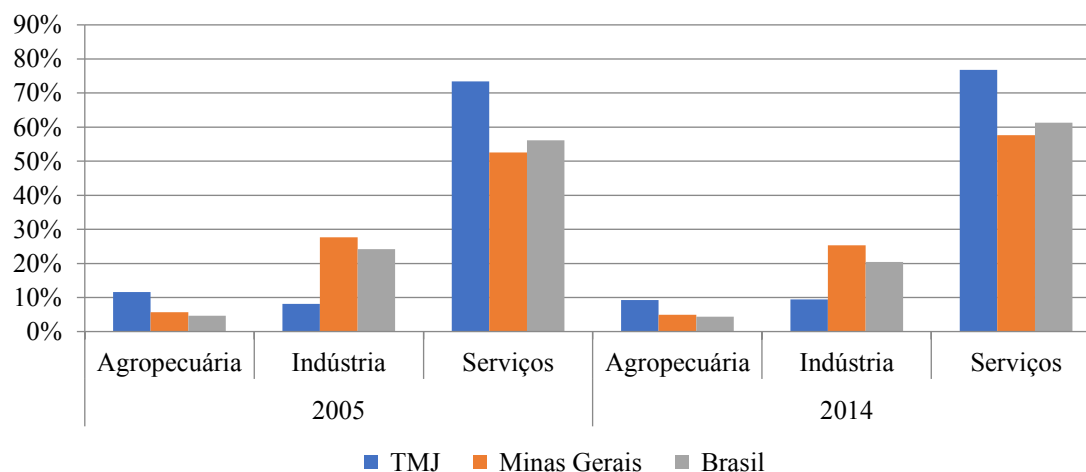
⁶ Índices de 0 a 0,4 são classificados como baixo desenvolvimento; de 0,4 a 0,6 desenvolvimento regular; 0,6 a 0,8 desenvolvimento moderado e; 0,8 até 1 alto desenvolvimento

Jenipapo de Minas	0,403	0,431	0,584	4,75%
José Gonçalves de Minas	0,372	0,430	0,560	5,25%
Medina	0,360	0,542	0,576	6,05%
Novo Cruzeiro	0,416	0,513	0,532	3,12%
Padre Paraíso	0,388	0,469	0,516	3,63%
Pedra Azul	0,379	0,530	0,582	5,51%
Ponto dos Volantes	0,365	0,481	0,588	6,14%
Virgem da Lapa	0,470	0,561	0,561	2,24%
TMJ	0,399	0,508	0,576	4,70%
Minas Gerais	0,554	0,632	0,675	2,50%
Brasil	0,613	0,719	0,744	2,45%

Fonte: IFDM (2018); Atlas do Desenvolvimento Humano (2018); PNUD Brasil (2018); Elaboração Própria.

Nos gráficos 1 e 2, têm-se no primeiro a participação do Valor Agregado Bruto (VAB) por atividade econômica (agropecuária, indústria e serviços) do Território Médio Jequitinhonha e no segundo, a porcentagem de pessoas ocupadas por setor econômico e de acordo com a divisão de grande setor de IBGE. Ambos os gráficos são para os anos de 2005 e 2014.

Gráfico 1 - Participação do VAB da agropecuária, indústria e serviços sobre o PIB do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha em 2005 e 2014

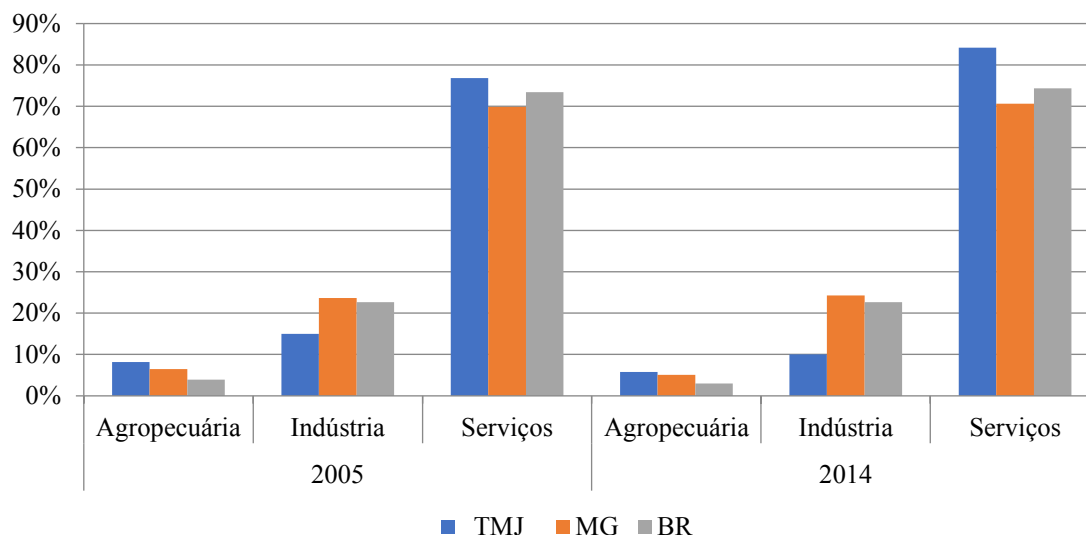


Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

Olhando para o setor agropecuário, de 2005 para 2014 percebe-se que houve uma queda na participação do VAB de 11,6% para 9,23% dentro do TCMJ (Gráfico 1). Porém, mesmo em decréscimo, este setor tem maior contribuição no indicador se comparado com Minas Gerais e Brasil (4,95% e 4,33%, respectivamente). Assim sendo,

neste Território, o setor de serviços é o principal na geração de renda, pois passa de 70% na composição do VAB em 2005 para 76,79% em 2014.

Gráficos 2 - Pessoal ocupado por setor IBGE agropecuária, indústria e serviços no Território da Cidadania Médio Jequitinhonha em 2005 e 2014



Fonte: RAIS (2018); Elaboração Própria.

*Indústria Extrativa de Transformação e Construção Civil.

**Serviços, Serviços Industriais, Administração e Comércio.

No gráfico 2, que demonstra a distribuição de pessoas ocupadas, a tendência é a mesma que a do primeiro gráfico. No TCMJ, o setor agropecuário emprega a menor parte da população trabalhadora havendo também uma queda na quantidade de pessoas ocupadas neste setor de 2005 para 2014 (8,18% para 5,77%), porém, mesmo que pequena, o número de pessoas que empregam força de trabalho neste segmento é maior que a quantidade de pessoas no mesmo setor em Minas Gerais e no Brasil, sendo em ordem, 5,77%, 5,07%, 2,98% em 2014. Desta forma, conclui-se que políticas que estimulem o meio rural são de grande importância, pois o Território tem uma importância que pode ser vista na média que é maior que a mineira e brasileira, tem uma população fortemente rural (como mostrado no Censo), mas que atua majoritariamente no setor de serviços.

3.2. Noroeste de Minas

O Território Noroeste foi homologado como TR em 2004 e como TC em 2008. Sua área é de 60.906,30 km², compostos por 22 municípios e aproximadamente 320.000 habitantes. Fazem parte do Território os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Urucua, Varjão de Minas e Vazante, sendo a sede o município de Paracatu.

Na tabela 4, estão expostos dados do Censo Populacional de 2010 para o Território da Cidadania Noroeste de Minas (TCNM), onde se observa que aproximadamente 27% das pessoas residem no meio rural. Dentro destes dados, há 10 municípios com mais de 40% residindo do meio rural, sendo eles: Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, Pintópolis, Riachinho, Santa fé de Minas, Uruana de Minas e Urucua.

Neste Território, há 18.372 estabelecimentos agropecuários sendo destes 13.945, destinados à agricultura familiar. Quanto à área desses estabelecimentos, 3.613.407 hectares pertencem a estabelecimentos agropecuários no geral e 680.524 hectares à agricultura familiar (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Assim como o TCMJ, os municípios deste Território são heterogêneos. Dentre os 22 municípios pertencentes ao Território, 12 possuem menos que dez mil habitantes (Bonfinópolis de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté e Uruana de Minas) enquanto os outros pesam na contagem populacional, como João Pinheiro e Paracatu que juntos somam 129.978 habitantes ou aproximadamente 41,46% da população do Território.

Tabela 4 - Censo, estimativa populacional e PIB total e per capita para 2014 nas cidades do Território Noroeste de Minas, do Território, de Minas Gerais e do Brasil

Noroeste de Minas	Censo 2010		Estimativa Populacional 2014	PIB 2014	
	Total	Rural		Total (R\$ 1.000)	<i>per capita</i>
Arinos	17.674	6.820	18.210	181.964,00	9.992,53
Bonfinópolis de Minas	5.865	1.728	5.867	157.574,00	26.857,68
Brasilândia de Minas	14.226	1.854	15.522	181.989,00	11.724,58
Chapada Gaúcha	10.805	5.044	12.239	121.190,00	9.901,95

Dom Bosco	3.814	1.762	3.857	42.049,00	10.902,00
Formoso	8.177	3.004	8.945	164.283,00	18.365,90
Guarda-Mor	6.565	2.877	6.739	287.753,00	42.699,66
João Pinheiro	45.260	8.499	47.870	1.077.534,00	22.509,59
Lagamar	7.600	2.472	7.800	134.556,00	17.250,77
Lagoa Grande	8.631	2.223	9.216	176.966,00	19.202,04
Natalândia	3.280	809	3.377	38.664,00	11.449,22
Paracatu	84.718	10.946	90.294	2.851.633,00	31.581,64
Pintópolis	7.211	4.679	7.516	48.610,00	6.467,54
Presidente Olegário	18.577	5.427	19.398	344.532,00	17.761,21
Riachinho	8.007	3.572	8.266	80.240,00	9.707,23
Santa Fé de Minas	3.968	1.677	4.021	33.154,00	8.245,21
São Gonçalo do Abaeté	6.264	2.096	6.717	164.374,00	24.471,34
São Romão	10.276	3.807	11.370	101.403,00	8.918,47
Uruana de Minas	3.235	1.417	3.336	41.237,00	12.361,21
Urucuia	13.604	7.439	15.266	99.944,00	6.546,84
Varjão de Minas	6.054	1.033	6.662	137.726,00	20.673,37
Vazante	19.723	3.804	20.580	576.892,00	28.031,68
TNM	313.534	82.989	333.068	7.044.267,00	21.149,64
Minas Gerais	19.597.330	2.882.114	20.734.097	517.000.000,00	24.934,77
Brasil	190.755.799	29.829.995	202.758.031	5.780.000.000,00	28.506,89

Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

Analisando o PIB per capita, é notório que o dado do TCNM é mais parecido com o de Minas e do Brasil quando comparado com o TCMJ. Porém, comparando com o PIB do TCMJ apresentado anteriormente, expõe-se um ponto que foi discorrido na seção anterior: há disparidade econômica e regional muito grande dentro de um mesmo estado, ou seja, os Territórios são heterogêneos. Uma das formas de visualizar esta desigualdade é observando o PIB per capita. Quando o TCMJ apresenta um indicador para 2014 em torno de R\$ 7.000,00, o mesmo indicador para o TCNM se aproxima dos R\$21.000,00, ou seja, quase três vezes maior.

Quanto ao PIB total do Território, pode ser visto que o mesmo cresceu 5,71% anualmente, ou seja, cresceu mais que a média mineira (4,23%) e brasileira (3,88%). Discorrendo sobre a variação do crescimento deste Território, o mesmo ascendeu em termos reais de 2005 a 2014, em torno de 64,9% enquanto Minas Gerais e Brasil cresceram 45,22% e 40,89% respectivamente. Assim sendo, ao contrário do TCMJ, o TCNM obteve resultados consideravelmente acima do estado e do país, em termos relativos (Tabela 5).

Tabela 5 - PIB real nos anos de 2005, 2010 e 2014 e taxa de crescimento no Território da Cidadania Noroeste de Minas, Minas Gerais e Brasil

Noroeste de Minas	PIB Real* (Valor em R\$ 1.000,00)			Taxa de Crescimento
	2005	2010	2014	
Arinos	137.452,14	165.780,12	181.964,00	3,17%
Bonfinópolis de Minas	113.617,35	118.592,76	157.574,00	3,70%
Brasilândia de Minas	212.197,86	134.889,48	181.989,00	-1,69%
Chapada Gaúcha	81.065,88	98.910,24	121.190,00	4,57%
Dom Bosco	33.736,50	37.433,88	42.049,00	2,48%
Formoso	98.692,02	106.088,40	164.283,00	5,83%
Guarda-Mor	164.416,77	246.528,48	287.753,00	6,42%
João Pinheiro	572.660,55	814.487,52	1.077.534,00	7,28%
Lagamar	77.711,13	105.738,60	134.556,00	6,29%
Lagoa Grande	102.044,88	123.377,76	176.966,00	6,31%
Natalândia	23.649,57	28.434,12	38.664,00	5,61%
Paracatu	1.435.248,99	2.245.458,60	2.851.633,00	7,93%
Pintópolis	33.175,17	42.405,00	48.610,00	4,34%
Presidente Olegário	266.752,71	295.895,16	344.532,00	2,88%
Riachinho	58.043,79	63.678,12	80.240,00	3,66%
Santa Fé de Minas	25.501,77	29.538,96	33.154,00	2,96%
São Gonçalo do Abaeté	120.899,52	158.279,88	164.374,00	3,47%
São Romão	57.431,43	66.341,88	101.403,00	6,52%
Uruana de Minas	53.551,26	34.482,36	41.237,00	-2,86%
Urucuaia	65.405,34	80.282,40	99.944,00	4,82%
Varjão de Minas	128.257,29	113.980,68	137.726,00	0,79%
Vazante	410.383,26	449.073,24	576.892,00	3,86%
TNM	4.271.895,18	5.559.677,64	7.044.267,00	5,71%
Minas Gerais	356.008.784,04	463.482.911,76	517.000.000,00	4,23%
Brasil	4.102.404.710,67	5.129.318.040,00	5.780.000.000,00	3,88%

Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

Em 2005, considerando dados do IFDM, no TCNM 14 municípios encontram-se classificadas como desenvolvimento regular, 3 não constam nota e 5 como desenvolvimento regular. No ano de 2010, 11 municípios estão classificadas como desenvolvimento regular e 11 como desenvolvimento moderado; e em 2013, 21 municípios estão enquadrados como desenvolvimento moderado, enquanto 1 como desenvolvimento regular. Da mesma forma que o outro Território, todos os municípios trocaram de classificação ao menos uma vez e contrário ao do Médio Jequitinhonha, o Território Noroeste de Minas já inicia a série temporal em uma classificação superior, ou seja, os municípios deste Território já estavam melhores economicamente e socialmente. Porém, alguns municípios deste Território apresentam dados discrepantes,

especialmente no PIB e suas a taxa de crescimento, parecidos com a realidade apontada no TCMJ. São eles: Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Presidente Olegário, Riachinho, São Gonçalo do Abaeté, Santa Fé de Minas, Urucuia e Varjão de Minas. Assim, enquanto Paracatu possuía, em 2014, PIB superior aos 2,8 bilhões de Reais, Santa Fé de Minas pouco superou os 33 milhões de Reais (Tabela 5).

Analisando os indicadores do IFDM para a categoria emprego e renda, tanto em 2008 (0,517) quanto em 2013 (0,562), tal indicador interfere negativamente na composição do índice, pois são dados com os valores mais baixos. Ainda nesta linha de pensamento, o que torna o IFDM geral mais baixo no Território em 2013, é o conjunto emprego e renda, visto que as categorias educação (0,812) e saúde (0,750) têm resultados altos. O saldo para educação é ainda mais importante, pois é o único da série temporal classificado como alto desenvolvimento para o Território. Este dado será usado para verificar nas próximas seções, se houve políticas territoriais que estimularam a educação destes municípios, fazendo com que os resultados pudessem ser visualizados em indicadores de desempenho.

Tabela 6 - IFDM, Taxa de crescimento do IFDM de 2003 a 2013 no Território da Cidadania Noroeste de Minas, Minas Gerais e Brasil

Noroeste de Minas	IFDM			Taxa de crescimento
	2005	2010	2013	
Arinos	0,463	0,571	0,604	3,38%
Bonfinópolis de Minas	0,533	0,655	0,728	3,97%
Brasilândia de Minas	0,615	0,615	0,638	0,47%
Chapada Gaúcha	0,465	0,549	0,604	3,31%
Dom Bosco	0,459	0,549	0,679	5,03%
Formoso	-	0,591	0,627	-
Guarda-Mor	0,573	0,594	0,669	1,94%
João Pinheiro	0,541	0,714	0,761	4,36%
Lagamar	0,562	0,576	0,701	2,81%
Lagoa Grande	0,595	0,663	0,708	2,18%
Natalândia	0,460	0,572	0,653	4,47%
Paracatu	0,637	0,768	0,775	2,48%
Pintópolis	0,420	0,602	0,575	4,02%
Presidente Olegário	0,671	0,702	0,780	1,89%
Riachinho	-	0,507	0,668	-
Santa Fé de Minas	-	0,598	0,602	-
São Gonçalo do Abaeté	0,646	0,640	0,686	0,76%
São Romão	0,481	0,625	-	-
Uruana de Minas	0,474	0,456	0,660	4,24%

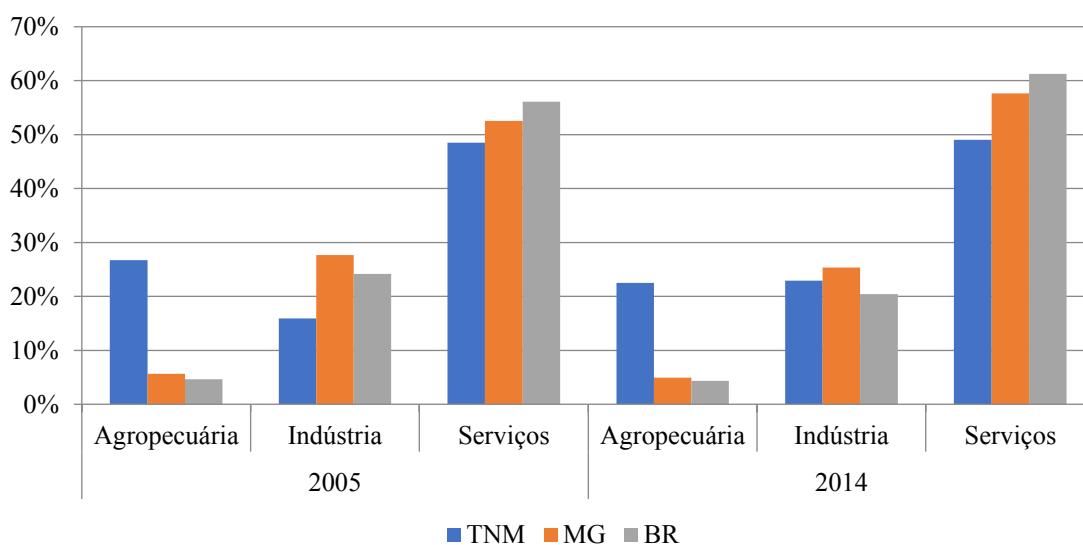
Urucuia	0,433	0,430	0,571	3,51%
Varjão de Minas	0,564	0,650	0,752	3,66%
Vazante	0,645	0,693	0,767	2,19%
TNM	0,536	0,663	0,691	3,22%
Minas Gerais	0,538	0,631	0,661	2,61%
Brasil	0,512	0,609	0,634	2,72%

Fonte: IFDM (2018); Atlas do Desenvolvimento Humano (2018); PNUD Brasil (2018); Elaboração Própria.

O crescimento anual do IFDM deste Território também é acima das médias de Minas (2,61%) e do Brasil (2,72%), sendo 3,22%. De 2005 a 2013, o índice do Território cresceu 28% enquanto de Minas e do Brasil, 22% e 23% respectivamente.

Olhando para a participação das atividades econômicas e o pessoal ocupado no Território Noroeste de Minas em 2014, observa-se que este tem melhor distribuição que o Território Médio Jequitinhonha. Assim, 41% do VAB são compostos pelo setor de serviços, enquanto 59% do pessoal ocupado nesses municípios trabalham neste âmbito. Sobre o PIB, 26% correspondem ao setor agropecuário, enquanto 21% do pessoal ocupado estão neste segmento. Do gráfico abaixo, conclui-se que o setor agropecuário tem um peso muito importante dentro do Território, onde políticas públicas para este segmento devem ser fundamentais para gerar desenvolvimento da região. Na próxima seção será possível verificar se realmente houve políticas que beneficiaram o setor agropecuário da região.

Gráficos 3 - Participação do VAB da agropecuária, indústria e serviços sobre o PIB do Território da Cidadania Noroeste de Minas em 2005 e 2014

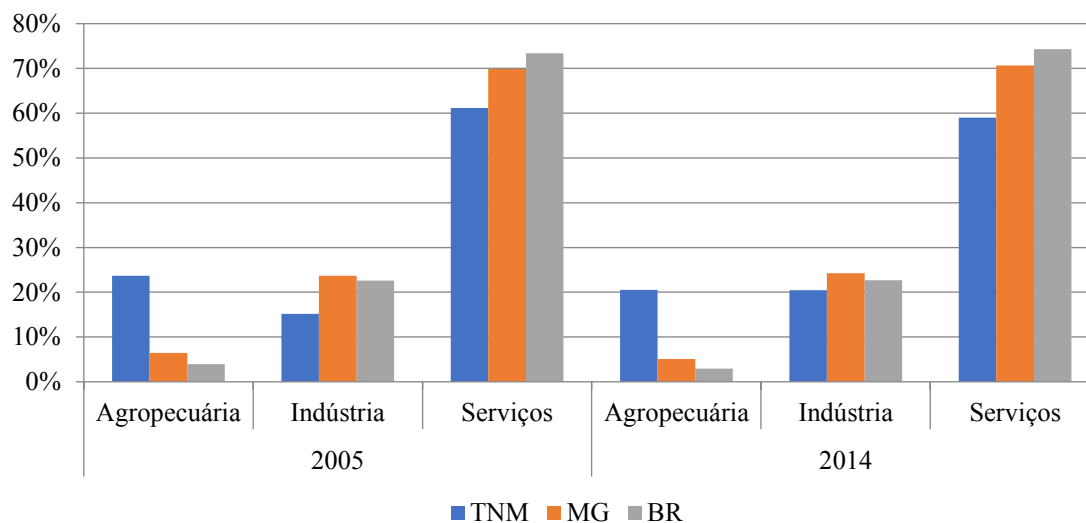


Fonte: IBGE (2018); Elaboração Própria.

Assim como no Território Médio Jequitinhonha, para o Território Noroeste de Minas foram apresentados dois gráficos (3 e 4): um representa a participação do VAB dos setores econômicos sobre o PIB e o outro os trabalhadores ocupados por setores do IBGE. Desta forma observa-se que o setor agropecuário ocupa uma parcela bastante significativa nos dois indicadores. Conforme queda percebida na atividade agropecuária no TCMJ, a situação se repete neste Território, passando de 26,73% do pessoal ocupado no setor em 2005 para 22,53% em 2014. Mesmo assim, comparado a Minas Gerais e Brasil, este segmento é muito importante, pois representou em 2014 22,53% do VAB enquanto Minas 4,95% e Brasil 4,33%. Porém, é importante enfatizar que o setor de maior participação na composição do PIB neste Território também é serviços, representando 49,03% em 2014.

Dito isto, os dados sobre trabalhadores ocupados também não fogem deste padrão, ou seja, a maioria encontra-se no setor de serviços (59%), não discrepando dos dados de estado e do país, porém, ao contrário de Médio Jequitinhonha, muitas pessoas vendem mão de obra para este segmento (20,52% em 2014). Assim sendo, conclui-se que este Território tem um viés agropecuário muito maior que o Território Médio Jequitinhonha. Ou seja, as políticas públicas destinadas para cada um destes dois Territórios devem atentar para suas especificidades para que o desenvolvimento territorial efetive-se.

Gráficos 4 - Pessoal ocupado por setor agropecuário, indústria e serviços do IBGE no Território da Cidadania Noroeste de Minas em 2005 e 2014



Fonte: RAIS (2018); Elaboração Própria.

*Indústria Extrativa de Transformação e Construção Civil.

**Serviços, Serviços Industriais, Administração e Comércio.

Contrapondo os dois Territórios aqui analisados, é observado que o TCMJ tem uma participação agropecuária muito menor que o TCNM, tanto em relação ao valor agregado bruto quanto em relação ao pessoal ocupado no setor. Isso se deve ao fato que a agricultura no Noroeste de Minas é predominantemente empresarial, com foco para produção de grãos e na pecuária em grandes escalas, muitas áreas são irrigadas, e a agricultura familiar é destaque em poucos municípios, além da exploração de recursos minerais e pesca (SGE Noroeste de Minas, 2009) enquanto que para o Território Médio Jequitinhonha, a estrutura produtiva e a estrutura socioeconômica da região são determinados pela agricultura familiar (PTDRS, 2010). Assim sendo, no próximo capítulo será analisada as Matrizes destes dois Territórios, junto às principais Ações destinadas a cada recorte e os principais valores empenhados e pagos.

4. ANÁLISE DAS MATRIZES DE AÇÕES DOS TERRITÓRIOS MÉDIO JEQUITINHONHA E NOROESTE DE MINAS

Neste capítulo, serão expostas e analisadas as Matrizes de Ações dos dois Territórios estudados. Para esta finalidade, foi obtido o balanço das Matrizes de todos os Territórios da Cidadania do Brasil para os anos de 2008 a 2014. Posteriormente, foram filtrados os dados relevantes para esta análise. Assim sendo, esta seção será dividida em duas partes, a primeira para um Território e a segunda parte, para outro.

Retomando a exposição das Matrizes de Ações em seções passadas, estas foram divididas em três Eixos estruturantes:

- Eixo 1: Apoio às Atividades Produtivas;
- Eixo 2: Cidadania e Direito;
- Eixo 3: Qualificação da Infraestrutura.

Aqui não serão tratadas as subunidades dos Eixos, que são os sete temas (ações fundiárias, apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, educação e cultura, Qualificação da Infraestrutura, organização sustentável da produção e saúde, saneamento e acesso à água). Ao invés, optou-se por esta divisão por dois motivos, o primeiro porque o Balanço da Matriz de 2012 a 2014 não está dividido neste nível de desagregação e o segundo, pois a classificação via Eixo é suficiente para discorrer sobre o objetivo da política territorial.

4.1. Médio Jequitinhonha

Observado o agregado dos valores pagos e empenhados no Território Médio Jequitinhonha (Tabela 7), observa-se que as Ações destinadas a ele foram em suma completadas. No Eixo 1, 83,21% dos valores pagos foram empenhados, no Eixo 2, 81,44% e no Eixo 3, 149,94%. Porém esses valores agregados não são trazem resultados positivos. Dentro dos três eixos, os valores pagos são bem maiores que os empenhados e em geral, a partir de 2011 há uma queda ou não pagamentos dos benefícios, ou seja, se observado apenas o montante com um todo, não é possível notar que houve diferença do que deveria ser pago ao que realmente foi. Assim, demonstrando a dificuldade no planejamento e continuidade dessas políticas.

Tabela 7 - Valores* Empenhados e Pagos na Matriz da Ação do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha nos anos de 2007 a 2014

Ano	Eixo 1 Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Eixo 2 Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Eixo 3 Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007	-	-	-	-	1.754.156	85.474.053
2007-2008	-	-	-	700.000	-	639.721
2008	5.906.304	23.062.464	478.148	84.681.351	203.493	6.815.463
2009	34.684.154	33.981.070	105.318.773	105.061.983	12.565.979	9.576.943
2007, 2008, 2009	-	-	-	-	109.656	-
2010	35.171.127	26.606.753	116.289.684	115.737.482	30.611.520	30.008.979
2011	4.393.967	-	35.664.696	5.757.620	4.816.103	2.243.571
2012	4.679.509	-	37.982.368	6.131.780	5.129.077	2.389.370
2013	5.301.814	-	59.852.635	-	36.189.711	-
2014	10.386.774	-	34.951.498	-	91.712	-
SOMA	100.523.653	83.650.288	390.537.806	318.070.218	91.471.408	137.148.103

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

*Valores deflacionados ano base 2007⁷.

Observando o Eixo 1 no TCMJ na Tabela 8, o valor empenhado⁸ no primeiro ano de vigência do programa (2008) é muito pequeno, já o valor pago⁹ foi bem maior. Nos anos de 2009 e 2010, esta situação se inverte, o Estado já articula repasses de maiores valores cumprindo o valor empenhado em 2009, mas não em 2010. Esta situação continua se repetindo em 2011 a 2014. Nota-se certo planejamento na implantação das Ações, porém os valores não são efetivamente pagos ao Território. Esta situação será verificada em todos os Eixos dentro dos dois TCs estudados e servirá para debater no capítulo conclusivo sobre os rumos tomados pela política pública.

⁷ Foi escolhido o ano base 2007 por algumas das Ações começaram a ser pagas nesse ano.

⁸ Valor empenhado é o valor que o Estado reserva para qualquer tipo de pagamento que planeja realizar.

⁹ Valor pago é valor efetivado, recebido.

Tabela 8 - Ações do Eixo 1 com maiores¹⁰ valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2008	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	271.769,40	271.769,40
	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.306.604,48	1.245.390,92
	Garantia Safra	66.300,76	62.623,77
	Nordeste Territorial	2.732.590,16	2.732.590,16
	Cresce Nordeste	8.493.912,62	8.493.912,62
	Garantia Safra	275.009,03	90.899,00
2009	Crédito Pronaf	19.789.593,14	19.789.593,14
	ATER/Agricultores Familiares	1.297.301,76	1.297.301,76
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	4.307.262,51	4.307.262,51
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	250.951,28	250.951,28
	Nordeste Territorial	4.979.811,62	4.533.064,79
	Cresce Nordeste	4.894.331,34	2.328.466,95
2010	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	105.822,11	74.671,82
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	577.507,21	656.715,53
	Biodiesel	217.063,04	186.688,04
	Garantia Safra	112.827,75	112.591,62
	Crédito Pronaf	17.394.117,52	17.394.117,52

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ainda dentro do Eixo 1, no ano de 2008 foram delineadas 20 ações para este Território num montante de R\$22.077.794,87, porém a partir de 2010 as ações foram tornando-se limitadas. Prova disto é que além dos valores empenhados não se efetivarem, a média de ação estipulada para o TCMJ rebaixou-se para cerca de 6 por ano a partir de 2012 dentro do Eixo mencionado.

Ainda no Eixo Apoio às Atividades Produtivas, verifica-se também que a maioria das Ações está no âmbito do MDA, seguido pelo MF, MTE, MDS, EMBRAPA e MAPA. Porém, estes Ministérios e entidades projetaram também Ações que não chegam até aos Territórios. Utilizando como base somente o balanço das Matrizes, é importante frisar também, que dentro deste Eixo analisado, as ações com maiores valores (montante) e que

¹⁰ As Matrizes deste estudo tem várias Ações, por isso, foi escolhido pela autora manter nos Eixos 1 e 3 as Ações acima de 100.000,00 e no Eixo 2, Ações acima de 1.000.000,00, em ambos os Territórios.

foram pagas, são as de crédito ou financiamento agrícola, sendo elas: Crédito PRONAF, Garantia Safra, Nordeste Territorial e Cresce Nordeste¹¹ (média de 15.000.000 por ano).

No Eixo Cidadania e Direito deste Território (Tabela 9), o valor pago em 2008 foi bem acima do valor empenhado, porém em 2009 a política começa a ser mais efetiva, ou seja, o valor empenhado é bem parecido ao valor efetivado. Contrário ao Eixo 1, o Eixo 2 têm repasses até o ano de 2012, contudo também ocorre desaceleração nos pagamentos do Estado até este ano e, a partir de 2013, ocorre descontinuidade destas transferências. Em outras palavras, neste pequeno período ocorreram três dinâmicas: 2008 a 2010, valores empenhados e pagos são relativamente altos; 2011 e 2012, valor empenhado é baixo e o pago menor ainda e; 2013 e 2014, há somente valores empenhados.

Tabela 9 - Ações do Eixo 2 com maiores valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2008	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	0,00	2.125.499,85
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	0,00	8.874.921,60
	Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania	0,00	5.385.742,41
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	0,00	14.359.389,45
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	0,00	14.613.606,19
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	0,00	35.151.189,04
	Programa de Atenção Integral à Família	0,00	1.084.921,56
	2009	Escola Ativa	1.423.619,74
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica		2.192.881,71	2.192.881,71

¹¹ Crédito PRONAF é um programa designado para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar financiando atividades agropecuárias e não agropecuárias em áreas rurais ou próximas. Garantia Safra é um benefício pecuniário que garante ao agricultor familiar um auxílio caso perca sua safra em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico.

O Nordeste Territorial é uma política de crédito que visa fomentar cadeias produtivas vistas como relevantes, ou seja, financia pequenas e micro empresas mas também incentiva médias e grandes, atuando em toda cadeia produtiva.

O Programa Cresce Nordeste foi criado para denominar os financiamentos feitos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) que tem como articulador principal o Banco do Nordeste (BNB), com o intuito de democratizar o crédito, gerar oportunidades de financiamento à empresas, associações, cooperativas, agricultores familiares, dentre outros agentes econômicos.

	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	8.344.521,68	8.344.521,68
	Expansão das Escolas Técnicas	2.436.111,53	2.436.112,04
	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	5.002.655,35	5.002.655,35
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	17.666.764,81	17.666.764,81
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	18.156.023,11	18.156.023,11
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	40.793.649,81	40.793.649,81
	Programa de Atenção Integral à Família	1.111.098,42	1.111.098,42
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	3.876.991,52	3.876.991,52
2010	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	2.617.277,65	2.617.277,65
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	9.843.751,55	9.843.751,55
	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	5.951.148,71	5.951.148,71
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	21.529.430,13	21.529.430,13
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	21.682.861,17	21.682.861,17
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	48.935.777,00	48.935.777,00
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.182.409,47	1.182.409,47
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.992.819,66	1.992.819,66
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.138.195,45	1.138.195,45
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.993.484,52	1.993.484,52
2013	Serviço Socioeducativo do PETI	1.050.880,50	1.050.880,50

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Da mesma forma que o Eixo Apoio às Atividades Produtivas (Eixo 1), o Eixo Cidadania e Direito (Eixo 2) apresentou queda significativa na quantidade de Ações por ano. Em 2008, foram designadas 24 dentro do Eixo 2 para o Território. No decorrer dos anos esta quantidade vai decrescendo chegando a 15 em 2014 (mesmo sem valor efetivamente pago). Neste Eixo, os Ministérios envolvidos por ordem de importância, são: MEC, MDA, MDS, MS, MTE, MC e MinC.

Desta forma, é importante levantar novamente o ponto do mau planejamento do Estado durante os primeiros anos de vigência destas políticas, visto que para o ano de 2008, 80% das ações listadas acima não tinham valores empenhados, somente valores pagos, ou

seja, a política pública começou muito forte nos primeiros anos, porém com dificuldades de coordenação (no que diz respeito aos repasses) por parte do governo.

Quanto ao Eixo Qualificação da Infraestrutura (Tabela 10), também ocorrem três dinâmicas durante o período analisado. No primeiro: 2007 e 2008, os valores empenhados foram bem abaixo dos valores realmente pagos. No segundo período: 2009 a 2012 a política territorial torna-se melhor estruturada, benefícios empenhados e pagos são parecidos, mas no terceiro estágio: 2013 e 2014 ocorre a mesma descontinuidade das Ações. Exemplificando tal fato, têm-se em 2008 um total de 13 Ações para o Território chegando em 2014 com somente 1 designada para o recorte. Quanto aos Ministérios, os que têm maior participação dentro do Eixo 3 são: MDS, MDA, MME e MS (FUNASA).

Na tabela 10 Qualificação da Infraestrutura, as Ações com maiores repasses são: Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água), Programa Cisternas, Programa Luz Para Todos, Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais, Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária.

Tabela 10 - Ações do Eixo 3 com maiores valores empenhados e pagos no Território Médio Jequitinhonha de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
	Barragem Setúbal	0,00	84.899.053,11
2007-2008	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	905.000,00	574.999,98
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	0,00	104.169,35
2008	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	0,00	564.084,00
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	0,00	1.936.033,60
2008	Programa Nacional de Crédito Fundiário	183.849,60	183.849,60
	Programa Cisternas	0,00	3.232.410,24
	Programa Luz Para Todos	0,00	1.443.526,47
2009	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	1.301.736,29	1.301.736,29

	Programa Luz Para Todos	1.021.421,80	1.021.421,80
	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	1.802.762,39	1.802.762,39
	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	2.629.386,54	2.629.386,54
	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	2.629.386,54	2.629.386,54
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	144.128,62	144.128,62
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	790.583,07	190.376,84
	Programa Cisternas	703.355,87	703.355,87
	Programa Luz Para Todos	29.022.198,53	29.022.198,53
2011	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	4.931.384,22	4.931.384,22
2012	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	2.389.370,40	2.389.370,40

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Assim, olhando para os dados destes três Eixos, observa-se que neste Território foi dada uma maior importância para Ações do Eixo 2 (Cidadania e Direito). Neste recorte, os repasses foram mais ou menos homogêneos e a quantidade de Ações muito maior que nos outros eixos. Entende-se dessa forma que o governo ao analisar as necessidades do Território, concluiu que Ações destinadas às melhorias no âmbito social e de direito tinham que ter maior amparo. Importante frisar que isso não quer dizer que os outros dois Eixos foram esquecidos. Disto, pode-se avaliar que a melhora nos indicadores de saúde e educação mostrados na seção anterior, refletem no foco da política adotada, onde o índice IFDM para saúde era 0,337 para 2005 chegando a 0,548 em 2013, enquanto educação corresponde a 0,497 em 2005 e em 2013 chega a 0,769. Ou seja, neste território, o maior destino de recursos foi destinado a resolver problemas sociais em vez de apoiar a produção.

4.2. Noroeste de Minas

No Território Noroeste de Minas, a dinâmica ocorrida é um pouco diferente do outro Território analisado. Olhando para o Eixo 1, nota-se que os valores repassados no total de todas as Ações designadas para este recorte territorial são muito maiores. Benefícios maiores acontecem neste Eixo e nos demais: Cidadania e Direito e Qualificação da Infraestrutura, restando verificar se são instituídas mais Ações para o TCNM.

Tabela 11 - Valores* Empenhados e Pagos na Matriz da Ação do Território da Cidadania Noroeste de Minas nos anos de 2007 a 2014

Ano	Eixo 1		Eixo 2		Eixo 3	
	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007	100.000	100.000	4.223.073	771.150	10.708.199	6.748.000
2007-2008	-	-	-	-	22.667.784	1.243.396
2008	48.279.937	42.121.752	78.818.926	81.225.238	131.360.922	55.525.50
2007, 2008, 2009	-	-	-	-	5.149.370	1.806.064
2009	78.886.227	94.022.931	91.023.101	51.543.324	31.104.404	-
2009-2010	-	588.490	106.075	-	-	-
2010	55.526.903	86.659.263	241.391.957	99.966.968	69.408.024	15.645.964
2011	1.345.787	122.198	23.423.680	4.836.890	58.211.079	-
2012	906.932	145.264	31.584.862	5.096.089	46.273.328	3.740.223
2013	1.306.074	-	70.397.865	-	39.530.293	-
2014	13.396.709	-	33.750.746	-	1.037.104	-
SOMA	199.748.573	223.759.901	574.720.289	243.439.661	415.450.509	84.709.157

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

*Valores deflacionados ano base 2007.

Quanto ao somatório dos valores empenhados e pagos em cada Eixo, vê-se que é completamente diferente da dinâmica do outro Território analisado. Dentro de Apoio às Atividades Produtivas, 112,02% dos valores pagos foram empenhados. Os valores pagos em detrimento dos valores empenhados representam nos Eixos Cidadania e Direito e Qualificação da Infraestrutura, 42,36% e 20,39%, respectivamente. Percebe-se que as Ações destinadas ao Eixo 3 não tiveram a atenção devida. Este não é um dado favorável, visto que as Ações destinadas à Infraestrutura são de caráter básico tanto para a agricultura como para a população, como será apresentado adiante.

Assim, olhando para o Eixo 1 (Tabela 12), os valores pagos para os anos de 2007-2008-2009, 2009 e 2010, são muito acima dos valores empenhados, assim como o TCMJ. Assim, os repasses começam a desacelerar a partir de 2011, mas ainda estava melhor posicionado pois, o Território Médio Jequitinhonha não obteve benefícios neste Eixo a partir de 2011. Neste Eixo, tem-se designado para o Território uma média de 20 Ações para 2008 no montante de R\$40.232.232,32, chegando a 2014 com 7 Ações sem registro de

valores pagos. Dentro de Apoio às Atividades Produtivas, os Ministérios mais relevantes são: MDA, MDS, EMBRAPA, MAPA, MI (CODEVASF) e MTE.

Tabela 12 - Ações do Eixo 1 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2008	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	208.920,00	208.920,00
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	271.769,40	271.769,40
	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.203.379,20	807.977,21
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	668.544,00	668.544,00
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Apoio Inicial)	449.371,49	145.408,32
	Terra Sol	194.721,38	80.508,37
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - LEITE	1.199.122,46	1.199.122,46
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	2.211.111,47	2.382.855,86
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	972.088,15	266.895,30
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	1.804.643,15	300.590,16
	Crédito Pronaf	34.179.425,86	30.392.601,48
	Nordeste Territorial	3.177.237,08	5.126.909,08
2009	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	199.121,58	199.121,58
	Cresce Nordeste	6.183.161,09	6.908.309,46
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	2.341.566,20	193.490,64
	ATER/Agricultores Familiares	1.344.797,46	1.884.373,44
	Crédito Pronaf	32.829.468,72	51.807.606,45
	Aquisição de Produtos Agropecuários	1.913.526,78	16.819.238,49
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	1.269.870,22	1.069.626,42
2010	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	207.683,82	196.145,83
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	250.951,28	250.951,28
	Nordeste Territorial	4.563.275,05	4.817.191,26
	Cresce Nordeste	6.449.736,41	19.083.171,62
	Biodiesel	342.261,40	342.261,40
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	2.442.253,69	2.968.511,51
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	1.670.977,48	1.509.183,47
	Crédito Pronaf	34.925.960,62	57.216.195,82
	Aquisição de Produtos Agropecuários	117.857,11	117.857,11

	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	1.589.369,66	136.914,40
2011	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	122.198,90	122.198,90
2012	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	145.264,74	145.264,74

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Neste Território, os maiores benefícios também ficam a cargo de Ações de crédito e financiamento, sendo eles: Crédito Pronaf, Cresce Nordeste, Nordeste Territorial e Terra Sol (em média 30.000.000 por ano). Por outro lado, os valores e Ações destinadas a atividades produtivas, a assistência técnica, o apoio a cooperativas, são poucas e com valores baixos.

É importante frisar a diferença do PRONAF nestes dois Territórios analisados. Enquanto o TCMJ recebeu recursos de aproximadamente 40 milhões em 2009 e 2010 conforme a Tabela 8 (somados os dois anos), o TCNM recebeu repasses por volta de 120 milhões no mesmo período. Este dado é importante, pois como explicado na seção anterior, o PRONAF é uma política de crédito agrícola para agricultores familiares, ou seja, os agricultores de Noroeste de tiveram o foco da política territorial para o aumento da produção enquanto o Médio Jequitinhonha, para direitos sociais.

No Eixo Cidadania e Direito (Tabela 13), os anos 2007-2008, 2008, 2007-2008-2009 e 2009 são relativamente parecidos: repasses com valores altos e semelhantes quando comparado o montante empenhado pelo governo e o efetivado. Porém, em 2010 o benefício pago cai consideravelmente em relação ao empenhado, havendo pós 2013, interrupção da mesma forma referida em Eixos do Território anterior. Posto isto, os Ministérios mais importantes para este Eixo são: MEC, MDA, MDS, MinC e MI. Neste ponto, impressiona a quantidade de Ações destinadas ao recorte em comparação com o Território Médio Jequitinhonha

Tabela 13 - Ações do Eixo 2 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2008	Expansão das Escolas Técnicas - Fase II	10.446.000,00	10.115.632,82
2009	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da	6.194.370,20	6.477.564,60

	Estratégia Saúde da Família		
	Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania	3.004.768,06	3.956.463,24
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	12.738.286,95	13.284.617,25
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	18.024.448,69	19.110.852,91
	Programa de Atenção Integral à Família	282.042,00	1.119.706,74
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	22.007.043,65	22.562.556,70
	Proinfância	2.815.931,08	1.421.005,52
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	6.883.411,77	5.574.519,26
	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	4.279.657,06	3.599.542,93
	Expansão das Escolas Técnicas	3.318.693,00	3.184.751,38
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	16.110.522,38	16.533.605,45
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	23.367.900,01	23.780.252,99
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	24.003.667,39	26.786.893,60
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	3.977.268,22	3.977.267,36
2010	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	1.636.317,74	1.107.070,14
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	8.404.271,92	6.473.273,91
	Serviço Socioeducativo do PETI	377.984,55	1.503.400,10
	Expansão das Escolas Técnicas	1.380.874,72	1.380.874,72
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	85.855.242,78	19.765.589,91
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	100.367.745,06	28.680.851,71
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	30.488.805,92	32.435.277,89
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.283.295,13	1.283.295,13
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.659.393,72	1.659.393,72
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.297.487,43	1.297.487,43
2012	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.936.092,78	1.936.092,78

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ainda dentro do Eixo 2, os maiores pagamentos são para Expansão das Escolas Técnicas - Fase II, Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa e Deficientes, Programa de Atenção Integral à Família, Programa Bolsa Família, Proinfância, Ampliação da Atenção Básica da Saúde da Família, Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Serviços de Proteção Social Básica à Família, totalizando R\$69.323.106,98 empenhados e R\$71.283.828,75 pagos.

Para o Eixo 3 (Tabela 14), a situação é diferente de todas as outras acima. Todos os valores pagos são bem menores que os valores empenhados e há também uma ruptura no pagamento de 2011 e cessão a partir de 2013. Em relação aos Ministérios, os mais participativos são: MDA, MME, MCid, MS, INCRA, MMA e MI.

Tabela 14 - Ações do Eixo 3 com maiores valores empenhados e pagos no Território Noroeste de Minas de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	900.000,00	900.000,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	5.700.000,00	5.190.000,00
	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	1.780.000,00	658.000,00
2007-2008	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008)	3.775.000,00	1.243.396,94
2008	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos	13.831.693,62	9.675.049,68
	FNHIS 2008/Habitação de Interesse Social	3.943.365,00	519.458,67
	Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária	1.068.895,31	1.068.895,31
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	1.516.521,96	164.450,12
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Aquisição de Materiais de Construção)	6.562.045,98	7.208.784,60
	Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba - Água para Todos	695.990,41	88.941,42
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário	10.141.253,68	21.023.866,13
	Programa Luz Para Todos	40.217.195,06	347.404,71

	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	15.428.657,96	15.428.657,96
	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	180.766,09	5.514,00
	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	4.968.603,91	1.800.550,41
	Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária	1.131.959,72	1.131.959,72
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	2.665.452,53	2.789.922,13
2007, 2008, 2009	Programa Luz Para Todos	6.576.918,88	8.887.234,18
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	2.063.410,65	943.250,14
	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	16.000.878,08	16.000.878,08
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	11.505.006,71	1.327.477,20
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	164.182,96	18.676,21
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos	1.392.963,86	1.102.359,28
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	1.055.379,77	390.499,54
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	4.905.781,60	769.936,78
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário	18.134.125,24	1.256.788,46
	Programa Luz Para Todos	36.663.425,75	11.413.427,72
2011	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	3.740.223,60	3.740.223,60

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Dentro a tabela do Eixo 3, as ações com maiores repasses foram: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, FNHIS - Habitação de Interesse Social, Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos, Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário, Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais, Programa Luz Para Todos e Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Assim, nota-se que nos dois Territórios analisados, o Eixo 3 obteve repasses consideráveis mas não foi o foco na gestão da política de desenvolvimento territorial rural. Desta forma, o próximo capítulo tratará de algumas conclusões que foram tiradas dos dados

expostos, buscando quando possível relacionar com todos os conceitos teóricos tratados no começo deste estudo.

5. CONCLUSÕES

No estudo presente, foi analisado os Territórios da Cidadania Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas e examinado se o objetivo desta política pública se cumpriu. Este objetivo era estimular o desenvolvimento rural e diminuir as disparidades econômicas e regionais fazendo uso da abordagem territorial do desenvolvimento. A importância do uso deste tipo de abordagem está nas experiências internacionais que foram trazidas para a realidade brasileira a partir de indicações e estudos de organismos multilaterais com o BM e o FMI. Estas experiências que determinam estimulam um “agrupamento” de municípios com identidades culturais, econômicas e sociais parecidas, consideram os avanços do espaço rural junto à nova estrutura e dinâmica do mesmo: a pluriatividade.

Importante também realçar a importância dos colegiados territoriais em busca do objetivo da política. São os colegiados que levam em consideração as demandas dos indivíduos que vivem no recorte territorial ligado às políticas que o Estado conclui serem fundamentais para o mesmo. Ou seja, deve haver a conjugação de políticas bottom-up e top-down. Assim sendo, o primeiro ponto levantado nesta conclusão refere a esta articulação. Nas Matrizes analisadas, tanto para o Território da Cidadania Médio Jequitinhonha como para o Noroeste de Minas, é perceptível que as Ações estipuladas estão no âmbito das políticas top-down. Em outras palavras, elas são determinadas de acordo com o que o governo julga necessário, Ações de cima para baixo. Este é um questionamento pessimista, pois indica que os colegiados destes Territórios têm algumas falhas: ou eles não têm pessoas capazes de propor projetos que sejam importantes para as necessidades dos Territórios ou a sociedade civil não têm peso decisório dentro do próprio colegiado, ou que o colegiado não foi escutado. Era necessário que Ações bottom-up (de baixo para cima) sejam propostas e implantadas pois estas são espelho das deficiências territoriais.

Outro ponto a ser destacado é relacionado ao princípio da abordagem territorial que deveria dissipar as disparidades econômicas e sociais da região. Observando os valores pagos aos Territórios Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas, nota-se que o Território Noroeste de Minas recebe montantes muito maiores que o Território Médio Jequitinhonha. Se somados todos os recursos pagos aos dos Territórios do ano 2007 a 2014 e dividindo

pela quantidade de municípios de cada território, o TCNM recebeu no total em torno de sete milhões a mais possuindo três municípios a menos. Olhando o somatório dos Eixos por ano e dividindo também pela quantidade de municípios, nota-se que o TCNM ainda tem maiores repasses que o TCMJ. Desta forma, este pode ser um indicador de que esta política territorial está contribuindo para as desigualdades regionais, estimulando mais um Território que outro.

Um terceiro ponto que deve ser destacado concerne à descontinuidade nos repasses dos Ministérios aos programas dos Territórios. Todos os Eixos analisados para os dois Territórios não tiveram seus valores empenhados efetivados após 2013. Há a Ação designada, valor empenhado, porém nenhum valor pago. Este é um ponto negativo, pois o programa começa forte em seus primeiros anos de vigência, mas com algumas dificuldades no que cerne o delineamento entre valores empenhados e pagos; posteriormente começa e se equilibrar a partir de 2010 nos três Eixos, mas depois de 2013 é interrompido. Este é um fato problemático, pois a política pública Territórios da Cidadania poderia ter gerado muito mais benefícios e cumprido todo seu objetivo de reduzir a pobreza em municípios classificados como rurais; aumentar a produtividade dos indivíduos do recorte; aumentar participação social; expandir programas básicos de cidadania e integrar políticas públicas, se tivesse havido planejamento e temporalidade contínua.

Assim sendo, tem-se que o objetivo da política não se cumpriu ao todo devido à ruptura do programa, porém, não significa que não foram obtidos êxitos. Relembrando o IFDM, será desconsiderada desta conclusão a categoria emprego e renda, pois ela teve resultados negativos para a grande maioria dos municípios do Brasil. Este resultado deve-se em grande medida a fatores alusivos à conjuntura econômica, os quais não cabem aqui mencionar.

Na apresentação do Território Médio Jequitinhonha junto a alguns indicadores do mesmo, foi enfatizado a mudança no indicador Saúde de 0,337 para 0,421. A construção deste indicador tem por pressuposto o foco na saúde básica. Desta forma, analisando as Ações pagas para este Território no Eixo 2: Cidadania e Direito, percebe-se que várias Ações estavam neste âmbito, sendo elas: Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da

Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania, Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde , dentre outras. Logo, foi este apoio que interferiu na melhora da categoria.

Para o Território Noroeste de Minas, chamaram atenção as categorias: Educação, que sai de 0,597 para 0,812 e Saúde, de 0,552 para 0,750. Voltando ao Eixo 2 deste Território, é perceptível que foram várias as Ações destinadas tanto à Saúde como à Educação, sendo elas: Expansão das Escolas Técnicas, Serviço Socioeducativo do PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência e Programa de Atenção Integral à Família, etc. Conseqüentemente, estas Ações obtiveram bons resultados quando analisado o indicador.

No que diz respeito ao Eixo 1: Apoio às Atividades Produtivas, este poderia ter sido melhor aproveitado no Território Médio Jequitinhonha. Somando os anos de 2008, 2009 e 2010, que são os anos que houve Ações pagas, o Território recebeu o valor de R\$76.689.415,03, enquanto o Território Noroeste de Minas, o montante de R\$261.233.116,00 para os anos de 2007, 2007-2008, 2008, 2007-2008-2009, 2009, 2010, 2011 e 2012. Estes valores são compostos em grande parte por programas de financiamento e crédito, como mencionado na seção anterior, porém, Ações como Aquisição de Máquinas e Equipamentos, Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – LEITE, Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, dentre outros. No Território Noroeste de Minas, a Ação Aquisição de Máquinas e Equipamentos não é sequer designada para o recorte.

Outro ponto que merece destaque são os repasses do Programa Bolsa Família (PBF). O Programa está presente em todos os anos (mesmo não sendo apresentado nas Tabelas a partir do ano de 2012) e em ambos os Territórios. No Eixo 2, consolida-se como a Ação com maiores valores empenhados e pagos.

Para o Eixo 3: Qualificação da Infraestrutura, as Ações constituídas para os Territórios foram muito importantes, pois mesmo que poucas, elas têm continuidade, ou se já, se repetem ano a ano. Estas Ações são: Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água), Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, Programa Cisternas e

Programa Luz Para Todos para ambos os Territórios e Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais e Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para o Território Noroeste de Minas. Desta forma, é perceptível que elas são fundamentais por garantirem direitos básicos e no caso das Cisternas, Acesso à Água para Produção de Alimentos e Obtenção de Terras para Assentamento, para garantir melhoria na produção e comercialização da agricultura familiar.

Desta forma, mesmo que tenha havido percalços, o Programa Territórios da Cidadania trouxe benefícios para os dois Territórios, exemplos foram dados com as Matrizes, mas também com os indicadores como IFDM. Outro parâmetro importante é o PIB destes Territórios, que na média cresceram anualmente mais que Minas Gerais (10,17%) e Brasil (10,19%), sendo respectivamente 10,48% e 11,75% para Médio Jequitinhonha e Noroeste de Minas.

Contudo, o Território Médio Jequitinhonha é economicamente desenvolvido pela agricultura familiar (menos capitalizada) enquanto o Território Noroeste de Minas predomina a agricultura empresarial (mais capitalizada) e, analisando as Matrizes de ambos, chega-se a conclusão que foi dado maior importância para Ações no âmbito da Cidadania e Direito para o TCMJ e para Apoio às Atividades Produtivas para o TCNM. Tal fato não significa que o foco da política foi errôneo, mas que serviu para aumentar as disparidades entre os territórios. Portanto, a política pública de desenvolvimento territorial têm saldos positivos, porém ela deveria ter sido melhor planejada ou executada para que fossem cumpridos seus objetivos e houvesse resultados mais significativos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R.; DA VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 1999.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.

CARVALHO, A; DAVID, C. Possibilidade e limites do programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 55-77, 2011.

CAZELLA, A. A.; ZIMMERMANN, S.; LEITE, S. P. A gestão do Programa Territórios da Cidadania no Brasil: análise das ações e políticas implementadas. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, n. 22, p. 71-107, 2013.

CORREA, V. P. Desenvolvimento Territorial e a Implantação de Políticas Públicas Brasileiras Vinculadas a esta Perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 3, p. 23-38, 2009.

DA SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

DA VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

DA VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. 2002.

DANTAS, R. M; COSTA, M. P. Territórios Rurais no Brasil e suas Estratégias de Desenvolvimento. **I Simpósio Mineiro De Geografia: das dificuldades à articulação geográfica**. Universidade Federal de Alfenas, p. 828-837, 2014.

DE FREITAS, A. F.; DIAS, M. M.; DE FREITAS, A. F. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a Indução de Territorialidades à Ação Pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 3, n. 6, p. 24-55, 2010.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento Territorial Rural: Análise Comparada entre os Territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. Tese de Doutorado - Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

Jesus, C. M. D. Desenvolvimento territorial no Brasil: a experiência dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local. 2006.

JESUS, C. M.; FERNANDES FILHO, J. F.; RIBEIRO, L. S M; CARDOSO, S. A. Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas Edital MDA/SDT/CNPq. **Gestão de Territórios Rurais** Nº. 05/2009 p 1-149. Uberlândia, 2011.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 645-666, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Orientações gerais para a Constituição e Funcionamento dos Colegiados Territoriais**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_220-28-11-2012-12-04-356539.pdf> Acesso em: 29 de nov. de 2018.

_____. **Orientações gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS (Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais)**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio063.pdf> Acesso em: 06 de nov. de 2018.

_____. Marco Referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais. **Séries Documentos Institucionais**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf> Acesso em: 05 de dez. de 2018.

_____. **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: Médio Jequitinhonha**. Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf> Acesso em: 05 de dez. de 2018.

NEVES NETO, C. C; HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal: o caso dos programas de microbacias em São Paulo e da iniciativa LEADER em Portugal. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 1, p.74-102, 2014.

OLIVEIRA, L. Z. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o Enfrentamento da Pobreza no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina. Defesa de Monografia**. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, LUIZA ZITZKE; TECCHIO, ANDRÉIA; CAZELLA, ADEMIR ANTONIO. Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o enfrentamento da Pobreza no Território Meio Oeste Contestado (SC). **Congresso da SOBER**, 2012.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007.

_____. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008, 244p.

Ortega, A. C; JESUS, C. M. Desenvolvimento territorial em Minas Gerais: Resultado de uma década de políticas governamentais Territoriais. **Economia e Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p.9-36, 2014.

ORTEGA, A. C.; MOYANO, E. E. (Org.). **Desenvolvimento em Territórios Rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha.** 1. ed. Campinas: Alínea, 2015. v. 1. 434p.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SAMAPAIO, A. B de F. Desenvolvimento Econômico e a Formação dos Distritos Industriais: o caso da Terceira Itália. **Revista FACEF Desenvolvimento e Gestão.** Franca, v. 5, n. 3. 2002.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF.** SCHNEIDER, Sérgio et. al, 2004.

ANEXOS

Ações Pagas no Eixo 1 do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2008	Elaboração de Plano Safra Territorial	15.669,00	15.669,00
	Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários	0,00	0,00
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	271.769,40	271.769,40
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	0,00	0,00
	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.306.604,48	1.245.390,92
	Projetos das Unidades da Embrapa com foco nos Territórios Rurais	0,00	59.890,40
	Formação de Formadores de Educação e Gestores Públicos em Economia Solidária Terra Sol	0,00	0,00
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Apoio Inicial)	0,00	0,00
	Formação em Cooperativismo e Comercialização	26.428,38	26.428,38
	Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para a Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES	0,00	0,00
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	17.227,06	17.227,06
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	0,00	1.250.322,88
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	27.076,03	27.076,03
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	0,00	0,00
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - LEITE	0,00	4.067.293,73
	ATER/Agricultores Familiares	1.442.638,88	0,00
	Garantia Safra	66.300,76	62.623,77
	Crédito Pronaf	0,00	13.286.182,79
	Nordeste Territorial	2.732.590,16	2.732.590,16
2009	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	10.436,14	0,00
	Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	332.405,82	0,00
	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	0,00	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	59.715,95	0,00
	Formação de Formadore(a)s, Educadore(a)s e Gestore(a)s Público(a)s para Atuação em Economia Solidária	0,00	0,00
	Cresce Nordeste	8.493.912,62	8.493.912,62

	Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIE	0,00	0,00
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	53.987,79	0,00
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	64.530,14	2.101,33
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	0,00	0,00
	Garantia Safra	275.009,03	90.899,00
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	0,00	0,00
	Crédito Pronaf	19.789.593,14	19.789.593,14
	ATER/Agricultores Familiares	1.297.301,76	1.297.301,76
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	4.307.262,51	4.307.262,51
2010	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	294.770,26	0,00
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	250.951,28	250.951,28
	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	0,00	0,00
	Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	0,00	0,00
	Nordeste Territorial	4.979.811,62	4.533.064,79
	Cresce Nordeste	4.894.331,34	2.328.466,95
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	105.822,11	74.671,82
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	0,00	0,00
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	577.507,21	656.715,53
	Biodiesel	217.063,04	186.688,04
	Garantia Safra	112.827,75	112.591,62
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	0,00	0,00
	Crédito Pronaf	17.394.117,52	17.394.117,52
	ATER/Agricultores Familiares	952.954,90	0,00
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	5.390.970,06	1.069.486,29
2011	Acesso à Água para a Produção de Alimentos	1.112.009,99	0,00
	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	244.397,80	0,00
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria	3.560.193,45	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	741.216,34	0,00
	Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar	29.712,37	0,00
2012	Acesso à Água para a Produção de Alimentos	1.874.016,00	0,00
	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	711.288,85	0,00
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria	1.815.787,76	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimento	39.627,15	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	108.649,98	0,00

	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	130.140,00	0,00
2013	Acesso à Água para a Produção de Alimentos - Plano Brasil sem Miséria	3.085.423,04	0,00
	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	0,00	0,00
	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	0,00	0,00
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria	1.053.894,27	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	101.032,08	0,00
	Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	0,00	0,00
	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PRÓ-ORGÂNICO	0,00	0,00
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	0,00	0,00
	Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	101.717,03	0,00
	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis (2B54)	0,00	0,00
	Implantacao de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria (12QC)	0,00	0,00
	Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	959.748,54	0,00
2014	Acesso à Água para a Produção de Alimentos	6.272.840,00	0,00
	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	619.990,00	0,00
	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	45.154,05	0,00
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria	2.238.941,37	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	210.571,41	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	962.808,00	0,00
	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	36.470,00	0,00

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ações Pagas no Eixo 2 do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007	ProInfância	0,00	700.000,00
	Salas de Recursos Multifuncionais	0,00	0,00
2008	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	0,00	0,00

	Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	0,00	0,00
	Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	84.887,33	84.887,33
	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	0,00	0,00
	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	0,00	0,00
	Modernização de Bibliotecas Públicas	0,00	287.265,00
	Programa Arca das Letras	3.072,36	3.072,36
	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	0,00	10.844,67
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	130.202,09	130.202,09
	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	0,00	768.466,12
	ProInfo Rural e Urbano	0,00	415.664,86
	Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar	20.892,00	20.892,00
	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	0,00	2.125.499,85
	Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	157.734,60	157.734,60
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	0,00	8.874.921,60
	Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica	57.453,00	57.453,00
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	0,00	118.039,80
	Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania	0,00	5.385.742,41
	Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em Base Territorial (PlanTeQ's)	0,00	331.503,81
	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	0,00	676.148,69
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	0,00	14.359.389,45
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	0,00	14.613.606,19
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	0,00	35.151.189,04
	Programa de Atenção Integral à Família	0,00	1.084.921,56
	Salas de Recursos Multifuncionais	23.907,55	23.907,55
	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanseQs)	0,00	0,00
2009	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	0,00	0,00
	Construção de Escolas no Campo	0,00	0,00
	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	68.529,27	0,00
	Caminho da Escola	344.607,55	344.607,55

Programa BNB Cultura	33.171,76	33.171,76
Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	0,00	0,00
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	3.318,69	3.318,69
Modernização de Bibliotecas Pública	182.528,12	0,00
Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	495.591,49	495.591,49
Edital das Culturas Populares	44.249,24	44.249,24
Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	0,00	0,00
Programa Arca das Letras	3.097,45	0,00
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	29.635,93	26.999,78
Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	0,00	0,00
Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos	413.944,64	413.944,64
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	85.510,93	85.510,93
Escola Ativa	1.423.619,74	1.423.619,74
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	761.869,08	761.869,08
Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	0,00	0,00
Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar	30.974,47	30.974,47
Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica	30.974,47	30.974,47
Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Inicial	22.124,62	22.124,62
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	0,00	0,00
Capacitação de Multiplicadores	29.557,01	29.557,01
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	2.192.881,71	2.192.881,71
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família ProInfo Rural e Urbano	8.344.521,68	8.344.521,68
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	424.273,04	424.273,04
Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais	142.040,06	142.040,06
ProJovem Campo Saberes da Terra	0,00	0,00
Expansão das Escolas Técnicas	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola	2.436.111,53	2.436.112,04
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	339.891,26	339.891,26
Serviço Socioeducativo do PETI	5.002.655,35	5.002.655,35
Serviço Socioeducativo do PETI	828.567,02	828.567,02
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	17.666.764,81	17.666.764,81

	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	18.156.023,11	18.156.023,11
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	40.793.649,81	40.793.649,81
	Programa de Atenção Integral à Família	1.111.098,42	1.111.098,42
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	3.876.991,52	3.876.991,52
2010	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	0,00	0,00
	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	9.946,54	0,00
	Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais	0,00	0,00
	Programa BNB Cultura - Parceria BNDES	23.075,98	23.075,98
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	0,00	0,00
	Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	791.506,11	791.506,11
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	0,00	0,00
	Programa Arca das Letras	1.938,38	1.938,38
	Salas de Recursos Multifuncionais	69.634,04	4.897,16
	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	831.366,83	831.366,83
	Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	184.607,84	184.607,84
	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	2.617.277,65	2.617.277,65
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	9.843.751,55	9.843.751,55
	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	363.931,82	113.452,62
	Formação de Agentes de Desenvolvimento	92.303,92	92.303,92
	Escola Ativa	79.097,81	79.097,81
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	455.612,15	455.612,15
	Expansão das Escolas Técnicas	494.452,48	494.452,48
	Programa Dinheiro Direto na Escola	461.091,32	234.051,02
	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	5.951.148,71	5.951.148,71
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	21.529.430,13	21.529.430,13
	Serviço Socioeducativo do PETI	551.515,92	551.515,92
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	21.682.861,17	21.682.861,17
	Brasil Alfabetizado	480.314,99	480.314,99
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	48.935.777,00	48.935.777,00
	Programa de Atenção Integral à Família	839.042,63	839.042,63
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	0,00	0,00
2011	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal	0,00	0,00

	Computador interativo	33.638,91	0,00
	Creches (Pró-infância)	3.096.509,43	0,00
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.182.409,47	1.182.409,47
	Mais Educação	590.518,20	0,00
	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	733.945,66	733.945,66
	Piso de Atenção Básica Fixo	7.582.242,07	0,00
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	11.458.040,96	0,00
	Programa de Requalificação de UBS - Reformas	1.153.328,35	0,00
	Unidade de Pronto Atendimento (PAC)	0,00	0,00
	Unidades Básicas de Saúde	1.221.989,00	0,00
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.992.819,66	1.992.819,66
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	425.496,57	425.496,57
	Serviço Socioeducativo do PETI	890.829,98	890.829,98
2012	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal	0,00	0,00
	Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital	781.641,14	781.641,14
	Apoio à elaboração e gestão social dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável - PTDRS	142.058,22	142.058,22
	Computador interativo	64.242,31	0,00
	Creches (Pró-infância)	6.833.784,73	0,00
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.138.195,45	1.138.195,45
	Mais Educação	1.585.012,58	0,00
	Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais	167.116,85	167.116,85
	Piso de Atenção Básica Fixo	9.228.377,48	0,00
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	13.366.217,40	0,00
	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	208.224,00	208.224,00
	Unidade de Pronto Atendimento (PAC)	0,00	0,00
	Unidades Básicas de Saúde	772.953,52	0,00
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.993.484,52	1.993.484,52
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	650.179,44	650.179,44
	Serviço Socioeducativo do PETI	1.050.880,50	1.050.880,50
2013	Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital (2184)	108.616,69	0,00
	Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - Pronatec Campo (20RW)	141.047,91	0,00
	Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural (20T0)	0,00	0,00
	Aquisição de Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e da Floresta (210B)	340.911,70	0,00
	Capacitação de Agentes de Desenvolvimento (6466)	0,00	0,00
	Computador Interativo	6.070,29	0,00
	Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais	0,00	0,00

	(20K9)		
	Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras (2C72)	0,00	0,00
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde (20YK)	1.901.938,51	0,00
	Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo	16.838.186,60	0,00
	Piso de Atenção Básica Fixo (8577)	8.847.449,13	0,00
	Programa Laptop Educacional para as Escolas no Campo	0,00	0,00
	Programa Mais Educação Campo	1.665.753,36	0,00
	ProInfância	29.931.121,10	0,00
	Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil - Plano Brasil sem Miséria (2060)	0,00	0,00
	Vacinas para Prevenção e Controle de Doenças (20YE)	71.540,00	0,00
2014	Conexão à Internet para Inclusão Digital	115.033,84	0,00
	Construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica	3.623.019,78	0,00
	Equipes Volantes dos Serviços de Proteção Social Básica	472.651,20	0,00
	Implantação de Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	328.230,00	0,00
	Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres - Seminários Estaduais	3.506,37	0,00
	Mais Educação Campo	4.248.176,80	0,00
	Piso da Atenção Básica Fixo	9.370.162,64	0,00
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	11.607.788,30	0,00
	Proinfância	1.248.961,66	0,00
	Pronacampo - Laptop Educacional	3.085,71	0,00
	Pronatec Campo	335.524,00	0,00
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	486.363,92	0,00
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	3.108.994,56	0,00

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ações Pagas no Eixo 3 do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007-2008	Barragem Setúbal	0,00	84.899.053,11
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e	0,00	0,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões	339.500,00	0,00

	Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e		
	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas e	905.000,00	574.999,98
	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos e	400.000,00	0,00
	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações e) e	109.656,00	0,00
2007	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	0,00	0,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	0,00	99.721,76
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	0,00	0,00
	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	0,00	540.000,00
	FNHIS Habitação de Interesse Social	0,00	0,00
	Resolução 460	0,00	0,00
2008	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	0,00	0,00
	Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	0,00	0,00
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	0,00	1.936.033,60
	Programa Nacional de Crédito Fundiário	183.849,60	183.849,60
	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento	19.643,70	19.643,70
	FNHIS Habitação de Interesse Social	0,00	0,00
	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	0,00	0,00
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Semi-Árido)	0,00	0,00
	Programa Cisternas	0,00	3.232.410,24
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Aquisição de Materiais de Construção)	0,00	0,00
	Programa Luz Para Todos	0,00	1.443.526,47
	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	0,00	0,00
2009	Programa Nacional de Crédito Fundiário	0,00	0,00
	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura de Projetos de Assentamento	0,00	0,00
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	1.301.736,29	1.301.736,29
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	48.121,05	48.121,05
	Programa Luz Para Todos	1.021.421,80	1.021.421,80
	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	1.802.762,39	1.802.762,39
	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	2.629.386,54	2.629.386,54
	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	2.629.386,54	2.629.386,54
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	144.128,62	144.128,62

	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	165.934,65	0,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	774.361,70	0,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	1.163.755,01	0,00
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	884.984,80	0,00
2007,2008, 2009	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações , e) , e	0,00	0,00
	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações , e) , e	109.656,00	0,00
2010	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	0,00	0,00
	Atlas do Abastecimento Urbano de Água - Complementação para o Brasil	46.684,38	44.350,16
	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	0,00	0,00
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	48.698,22	48.698,22
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	790.583,07	190.376,84
	Programa Cisternas	703.355,87	703.355,87
	Programa Luz Para Todos	29.022.198,53	29.022.198,53
2011	Luz para Todos	26.076.793,12	0,00
	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	4.931.384,22	4.931.384,22
	Programa Minha Casa Minha Vida	16.680,15	0,00
2012	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	2.389.370,40	2.389.370,40
	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	175.949,28	0,00
	Luz para Todos	0,00	0,00
	Programa Minha Casa Minha Vida	2.563.758,00	0,00
2013	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes (12NR)	33.916.966,39	0,00
	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras (0061)	0,00	0,00
	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados (0427S)	0,00	0,00
	Habitação Rural	2.272.744,65	0,00
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento (211A - 0008)	0,00	0,00
2014	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	91.712,01	0,00

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ações Pagas no Eixo 1 do Território da Cidadania Noroeste de Minas de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
2007	Primeiro Emprego - Projeto Amanhã	100.000,00	100.000,00
2008	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) -	208.920,00	208.920,00
	Elaboração de Plano Safra Territorial	15.669,00	15.669,00
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	271.769,40	271.769,40
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	331.848,53	0,00
	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.203.379,20	807.977,21
	Projetos das Unidades da Embrapa com foco nos Territórios Rurais	59.890,40	59.890,40
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	668.544,00	668.544,00
	Capacitação de Comunidades Tradicionais	26.115,00	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	177.582,00	0,00
	Primeiro Emprego - Projeto Amanhã	62.676,00	62.676,00
	Formação de Formadores de Educação e Gestores Públicos em Economia Solidária	18.802,80	0,00
	Formação em Cooperativismo e Comercialização	26.428,38	26.428,38
	Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para a Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES	10.028,16	0,00
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Apoio Inicial)	449.371,49	145.408,32
	Terra Sol	194.721,38	80.508,37
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	15.741,64	30.413,53
	Garantia Safra	74.573,99	74.573,99
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - LEITE	1.199.122,46	1.199.122,46
	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	2.211.111,47	2.382.855,86
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	972.088,15	266.895,30
	ATERAgricultores Familiares	920.248,34	0,00
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	1.804.643,15	300.590,16
	Crédito Pronaf	34.179.425,86	30.392.601,48
	Nordeste Territorial	3.177.237,08	5.126.909,08
2009	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	199.121,58	199.121,58
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	10.436,14	0,00
	Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.327.477,20	0,00
	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	0,00	0,00
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	258.858,05	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	59.715,95	0,00
	Formação de Formadore(a)s, Educadore(a)s e	5.531,16	0,00

	Gestore(a)s Público(a)s para Atuação em Economia Solidária		
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	30.399,23	4.460,93
	Curso de Capacitação em Manejo Florestal e Agrofloresta para Agentes de ATESATER Cresce Nordeste	173.175,22	0,00
	Terra Sol	6.183.161,09	6.908.309,46
	Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES	30.878,23	0,00
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	10.619,82	0,00
	Garantia Safra	823.382,28	0,00
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	80.069,00	0,00
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	2.341.566,20	193.490,64
	ATER Agricultores Familiares	1.173.320,59	0,00
	Crédito Pronaf	1.344.797,46	1.884.373,44
	Aquisição de Produtos Agropecuários	32.829.468,72	51.807.606,45
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	1.913.526,78	16.819.238,49
2010	Apoio à Elaboração dos Programas Territoriais de Pesca e Aquicultura	1.269.870,22	1.069.626,42
	Apoio à Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	12.346,16	12.346,16
	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	207.683,82	196.145,83
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	0,00	8.533,50
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	250.951,28	250.951,28
	Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	351.626,96	0,00
	Nordeste Territorial	1.124.954,03	0,00
	Cresce Nordeste	4.563.275,05	4.817.191,26
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	6.449.736,41	19.083.171,62
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	340.551,39	0,00
	Garantia Safra	23.032,05	0,00
	Biodiesel	77.102,86	0,00
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	342.261,40	342.261,40
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	2.442.253,69	2.968.511,51
	Crédito Pronaf	1.670.977,48	1.509.183,47
	ATER Agricultores Familiares	34.925.960,62	57.216.195,82
	Aquisição de Produtos Agropecuários	1.036.963,20	0,00
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	117.857,11	117.857,11
2011	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	1.589.369,66	136.914,40
	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	565.169,91	0,00
	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para	450.704,51	0,00
		122.198,90	122.198,90

	Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs		
	Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar	103.856,96	0,00
	Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar	103.856,96	0,00
2012	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	0,00	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	631.528,06	0,00
	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	145.264,74	145.264,74
	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	130.140,00	0,00
2013	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	346.326,33	0,00
	Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	0,00	0,00
	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	0,00	0,00
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar (4266)	0,00	0,00
	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	0,00	0,00
	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis	0,00	0,00
	Implantação de obras e equipamentos para oferta de água	0,00	0,00
	Apoio ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais - APLs	959.748,54	0,00
2014	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	2.381.198,51	0,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	962.808,00	0,00
	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	72.940,00	0,00
	Implantação de obras e equipamentos para oferta de água	9.935.999,13	0,00
	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	43.764,00	0,00

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ações Pagas no Eixo 2 do Território da Cidadania Noroeste de Minas de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
	Salas de Recursos Multifuncionais	12.993,36	-
2007	ProInfância	4.200.000,00	700.000,00
	Brasil Alfabetizado	10.080,00	71.150,00
2008	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	162.539,76	-

	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	106.801,37	106.801,37
	Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	62.676,00	-
	Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	84.887,33	84.887,33
	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	89.835,60	-
	Caminho da Escola	1.396.677,21	131.079,02
	Expansão das Escolas Técnicas - Fase II	10.446.000,00	10.115.632,82
	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	275.774,40	387.357,39
	Modernização de Bibliotecas Públicas	287.265,00	861.795,00
	Programa Arca das Letras	3.072,36	3.072,36
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	297.699,13	117.181,88
	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	820.836,23	632.407,20
	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	878.090,76	936.614,48
	ProInfo Rural e Urbano	401.648,70	433.520,42
	Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Complementar	20.892,00	20.892,00
	Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica	20.892,00	20.892,00
	Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	157.734,60	157.734,60
	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	245.481,00	-
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	6.194.370,20	6.477.564,60
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	167.971,68	178.075,05
	Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em Base Territorial (PlanTeQ's)	168.911,82	168.911,82
	Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania	3.004.768,06	3.956.463,24
	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	112.320,42	8.305,15
	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	293.574,38	313.651,60
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	12.738.286,95	13.284.617,25
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	18.024.448,69	19.110.852,91
	Programa de Atenção Integral à Família	282.042,00	1.119.706,74
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	22.007.043,65	22.562.556,70
	Salas de Recursos Multifuncionais	66.384,85	34.665,95
2009	Caminho da Escola	217.390,98	217.390,98

Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	188.059,27	121.685,41
Edital das Culturas Populares	22.124,62	22.124,62
Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	170.209,55	-
Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	285.407,60	42.997,50
Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	146.022,49	146.022,49
Proinfância	2.815.931,08	1.421.005,52
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	642.498,96	-
Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.	55.311,55	-
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	-	-
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	803.023,65	586.326,13
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	59.736,47	31.244,39
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	327.356,82	-
Escola Ativa	851.797,87	729.830,37
Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos	535.693,06	535.693,06
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	110.661,20	110.661,20
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	1.258.448,39	921.490,42
Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	185.846,81	-
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	88.498,48	-
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	6.883.411,77	5.574.519,26
Capacitação de Multiplicadores	38.250,24	38.250,24
ProInfo Rural e Urbano	732.878,04	888.296,23
Programa Dinheiro Direto na Escola	281.920,65	245.220,22
Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais	107.539,68	-
ProJovem Campo Saberes da Terra	591.391,09	-
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	223.918,85	223.918,85
Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	55.015,57	2.674,01
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes	4.279.657,06	3.599.542,93

	Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania		
	Brasil Alfabetizado	52.324,73	112.238,20
	Expansão das Escolas Técnicas	3.318.693,00	3.184.751,38
	Serviço Socioeducativo do PETI	398.243,16	367.821,81
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	16.110.522,38	16.533.605,45
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	23.367.900,01	23.780.252,99
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	24.003.667,39	26.786.893,60
	Programa de Atenção Integral à Família	836.310,64	821.376,52
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	3.977.268,22	3.977.267,36
2009, 2010	Caminho da Escola e	133.300,00	-
	ProInfo Rural e Urbano e	398.677,95	95.889,45
	Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	166.716,03	166.716,03
	Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais	-	-
	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	23.075,98	-
	Proinfância	1.488.989,15	737.049,45
	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	196.145,83	126.917,89
	Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	159.224,26	297.680,14
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192	-	-
	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	670.126,46	-
	Programa Arca das Letras	3.230,64	3.230,64
	Salas de Recursos Multifuncionais	56.479,61	5.596,76
	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	-	-
	2010	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	351.181,80
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada		728.050,46	638.307,83
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica		1.636.317,74	1.107.070,14
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios		184.607,84	184.607,84
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família		8.404.271,92	6.473.273,91

	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	298.528,18	102.217,50
	Escola Ativa	55.757,48	55.757,48
	Formação de Agentes de Desenvolvimento	92.303,92	92.303,92
	Programa Dinheiro Direto na Escola	294.209,05	119.853,29
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	344.312,08	829.789,16
	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	5.352.455,10	4.450.889,25
	Serviço Socioeducativo do PETI	377.984,55	1.503.400,10
	Expansão das Escolas Técnicas	1.380.874,72	1.380.874,72
	Brasil Alfabetizado	206.437,72	206.437,72
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	85.855.242,78	19.765.589,91
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	100.367.745,06	28.680.851,71
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	30.488.805,92	32.435.277,89
	Programa de Atenção Integral à Família	1.183.797,77	588.783,63
	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania	1.025.085,07	-
	Computador interativo	30.835,67	-
	ProInfância	1.624.869,73	-
	Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras	-	-
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.359.138,41	1.359.138,41
	Mais Educação	143.209,05	-
	Conexão à Internet para Inclusão Digital	779.111,54	779.111,54
2011	Piso da Atenção Básica Fixo	8.035.636,85	-
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	7.899.364,59	-
	Programa de Requalificação de UBS - Reformas	852.874,20	-
	Unidades Básicas de Saúde	-	-
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.757.464,58	1.757.464,58
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	534.253,59	534.253,59
	Serviço Socioeducativo do PETI	406.922,34	406.922,34
	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Plano Brasil Sem Miséria	104.112,00	104.112,00
	Computador interativo	70.218,34	-
	ProInfância	3.875.356,77	-
2012	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Trabalhador	468.504,00	-
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	1.297.487,43	1.297.487,43
	Mais Educação	753.028,46	-
	Piso da Atenção Básica Fixo	9.908.830,34	-
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	9.387.147,86	-

	Programa de Requalificação de UBS - Reformas	39.042,00	-
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	323.993,85	323.993,85
	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	260.280,00	260.280,00
	Unidades Básicas de Saúde	1.986.645,92	-
	Serviços de Proteção Social Básica à Família (PAIF)	1.936.092,78	1.936.092,78
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	694.557,18	694.557,18
	Serviço Socioeducativo do PETI	479.565,90	479.565,90
	Aquisição de Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e da Floresta (210B)	340.911,70	-
	Capacitação de Agentes de Desenvolvimento (6466)	-	-
	Computador Interativo	12.140,59	-
	Construção de Escolas no Campo	1.406.024,66	-
	Documentação da Trabalhadora Rural	12.826,32	-
	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	-	-
	Implantação de Bibliotecas Rurais	-	-
	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde	2.104.584,69	-
2013	Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo	14.987.195,86	-
	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	68.871,05	-
	Piso da Atenção Básica Fixo	9.568.125,11	-
	Mais Educação	626.569,46	-
	ProInfância	41.187.572,37	-
	Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil - Plano Brasil sem Miséria (2060)	-	-
	Vacinas para Prevenção e Controle de Doenças (20YE)	83.043,72	-
	Conexão à Internet para Inclusão Digital	131.385,78	-
	Documentação da Trabalhadora Rural	26.258,40	-
	Equipes Volantes dos Serviços de Proteção Social Básica	866.527,20	-
	Implantação de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial	908.902,71	-
	Implementação de Projetos de Cidades Digitais	991.984,00	-
	Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres - Seminários Estaduais	3.506,37	-
2014	Mais Educação	3.302.969,61	-
	Piso da Atenção Básica Fixo	10.133.416,66	-
	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	10.110.009,17	-
	Proinfância	2.294.615,14	-
	Laptops educacionais	3.600,00	-
	Pronatec Campo	1.765.148,00	-
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	292.489,40	-
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	2.919.934,08	-

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.

Ações Pagas no Eixo 3 do Território da Cidadania Noroeste de Minas de acordo com o Balanço das Matrizes de 2007 a 2014

Ano	Ação	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
	FNHIS Planos Habitacionais de Interesse Social	51.017,00	-
	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	900.000,00	900.000,00
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	750.000,00	-
2007	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	5.700.000,00	5.190.000,00
	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	1.780.000,00	658.000,00
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais de Assentamento - INCRA e Comunidades Rurais	1.491.000,00	-
	FNHIS Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	36.182,00	-
	Resolução 460	5.821.618,10	-
	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social	53.000,00	-
	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	900.000,00	-
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	5.700.000,00	-
2007/2008	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	1.133.172,00	-
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	1.491.000,00	-
	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	3.574.399,97	-
	FNHIS - Habitação de Interesse Social	3.775.000,00	1.243.396,94
	FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	108.000,00	-
	FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	111.594,56	-
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos	13.831.693,62	9.675.049,68
2008	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	360.277,41	-
	FNHIS Habitação de Interesse Social	3.943.365,00	519.458,67

	Programa Nacional de Crédito Fundiário	6.067.036,80	-
	Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	304.922,23	-
	FNHIS Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	73.122,00	-
	Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária	1.068.895,31	1.068.895,31
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	1.516.521,96	164.450,12
	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	362.087,39	-
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas (Aquisição de Materiais de Construção)	6.562.045,98	7.208.784,60
	Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba - Água para Todos	695.990,41	88.941,42
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário	10.141.253,68	21.023.866,13
	Programa Luz Para Todos	40.217.195,06	347.404,71
	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	15.428.657,96	15.428.657,96
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos	9.675.049,68	-
	Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba - Água para Todos	88.941,42	-
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário	21.023.866,13	-
2007, 2008, 2009	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações , e)	180.766,09	5.514,00
	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações , e)	4.968.603,91	1.800.550,41
	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	35.251,16	23.683,06
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	164.182,96	-
	Programa Nacional de Crédito Fundiário	6.582.074,45	-
	Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária	1.131.959,72	1.131.959,72
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	2.665.452,53	2.789.922,13
2009	Programa Luz Para Todos	6.576.918,88	8.887.234,18
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	2.063.410,65	943.250,14
	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais	16.000.878,08	16.000.878,08
	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas	4.375.696,72	-
	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	442.492,40	-
	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	11.505.006,71	1.327.477,20
2010	Programa Nacional de Crédito Fundiário	92.303,92	-

	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	5.036,33	-
	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	171.242,83	19.479,29
	Atlas do Abastecimento Urbano de Água - Complementação para o Brasil	54.055,60	51.352,82
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Processos Erosivos	1.452.861,39	1.149.760,80
	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	107.507,53	-
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	1.100.761,17	407.291,05
	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	5.116.730,50	803.044,10
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Esgotamento Sanitário	18.913.893,72	1.310.830,44
	Programa Luz Para Todos	38.239.955,27	11.904.205,80
	Programa de Revitalização do São Francisco e do Parnaíba - Resíduos Sólidos	4.153.676,40	-
	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	1.984.021,34	-
2011	Programa Luz para Todos	33.497.553,50	-
	Programa Minha Casa Minha Vida	22.729.504,53	-
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes	3.740.223,60	3.740.223,60
2012	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	9.557.741,88	-
	Programa Luz para Todos	-	-
	Programa Minha Casa Minha Vida	32.975.362,81	-
	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 habitantes (12NR)	29.116.990,27	-
	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras (0061)	-	-
2013	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	-	-
	Programa Minha Casa Minha Vida	10.413.302,76	-
	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	-	-
	Licenciamento ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	-	-
	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	-	-
2014	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	1.037.104,22	-

Fonte: Balanço PTC 2016; Elaboração Própria.